



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIF

# **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Curitiba - Paraná

2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

## SUMÁRIO

1. Contexto socioeconômico, cultural, educacional, físico e ambiental .....	3
1.1 Identificação .....	3
1.2 Caracterização da instituição e da comunidade, seu entorno e/ou território: condições socioeconômicas e culturais.....	4
1.3 Organização do espaço físico .....	13
1.4 Acessibilidade.....	14
1.5 Caracterização dos profissionais da instituição .....	15
2. Etapas e modalidades ofertadas .....	18
3. Regime Escolar .....	19
4. Filosofia e Princípios didático-pedagógicos da instituição .....	19
4.1 Concepções.....	19
4.1.1 Sociedade.....	20
4.1.2 Ser humano .....	20
4.1.3 Educação.....	21
4.2. Princípios e Fins .....	22
4.2.1 Da instituição .....	23
4.2.2 Da gestão escolar .....	24
4.3 Ensino Fundamental.....	31
4.4 Educação Inclusiva.....	32
5. Bases norteadoras para a organização e desenvolvimento do trabalho educativo .....	33
5.1 Currículo do Ensino Fundamental .....	36
5.2 Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana e Indígena.....	49
5.3 Projetos e Programas .....	50
6. Avaliação da Aprendizagem .....	54
7. Referências .....	65



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Caramuru representa o esforço da comunidade escolar iniciado no segundo semestre de 2014, com o levantamento de dados e que serviram de base para a construção do diagnóstico em 2016. Para sua construção não houve a formalização de uma Comissão encarregada em organizar e construir uma proposta de sistematização, porém, ao longo do processo foram realizadas reuniões assegurando a participação de representantes dos diversos segmentos. Em 2015 foi elaborado o item 5 referente a Avaliação. Em junho de 2016 a Semana de Estudos Pedagógicos realizada na escola também privilegiou a temática através da oferta de duas oficinas. E, após foi sistematizado o presente texto, contemplando em grande medida as discussões realizadas.

Considera-se que o projeto político pedagógico é um instrumento que se encontra num espaço do 'devir', ou seja, não se dá por completo, encontra-se em permanente construção, exigindo esforço coletivo para constante atualização. Ele procura responder aos dados de sua realidade que sinalizam as necessárias intervenções na construção da prática escolar, assegurando que a instituição cumpra sua função social.

## 1. Contexto socioeconômico, cultural, educacional, físico e ambiental

### 1.1 Identificação

Nome da instituição: Escola Municipal Caramuru- EIEF

Endereço completo: Travessa Rodolpho Rosenau, 157.

Telefone: 33521678

e-mail: [emcaramuru@sme.curitiba.pr.gov.br](mailto:emcaramuru@sme.curitiba.pr.gov.br)

CNPJ: 76417005/0001-86

Equipe gestora:

<b>Direção:</b> Soraya do Rocio Teixeira Luiz Kleina	<b>Vice-direção:</b> Karla Regina Jazar Weibel Pereira
<b>Pedagoga manhã:</b> Raquel de Arruda Proença Mitkowski	<b>Pedagoga tarde:</b> Auda Aparecida de Ramos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

**1.2 Caracterização da instituição e da comunidade, seu entorno e/ou território: condições socioeconômicas e culturais.**

A Escola Municipal Caramuru foi criada pelo Decreto nº 1881 de 10 de setembro de 1958, com a denominação de “Grupo Escolar Caramuru”, criado e inaugurado pelo então prefeito Ney Braga. Funcionou numa casa Escolar até agosto de 1969, quando ocorreu o término da construção do novo prédio com 6 (seis) salas de aula com capacidade para 30 (trinta) alunos, 01 (uma) cantina, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala para Orientação Pedagógica e 1(uma) sala para Direção Escolar, além do espaço físico com a possibilidade para a prática de recreação.

A construção representou um investimento do município, sendo na época o prefeito o Sr. Omar Sabbag, porém a administração da escola era responsabilidade do Estado. Em 17 de agosto de 1970, foi criado o “Grupo Escolar Noturno Caramuru” através do Decreto nº 1842 de 07 de agosto de 1972, da Secretaria do Estado da Educação e Cultura, foi autorizado o funcionamento do Curso de Educação Integrada (Supletivo de 1º Grau – Fase I). Em 1975 as denominações foram alteradas pelo Decreto nº 1468 de 30 de dezembro, para “Escola Caramuru” – Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau.

Em 1977 foi introduzido o Ensino de Pré – Escolar, nesta Escola, funcionando em uma sala comum. Em 1979, foi construída uma sala, pré – fabricada, específica para o Ensino Pré – Escolar, contendo: banheiros masculinos e femininos, murais e quadro de giz giratório, móveis (mesa e cadeiras) com tamanho menor que o normal, próprias para crianças na faixa etária de (05) cinco e (06) seis anos. O referido ensino desde a data de sua introdução. É autorizado anualmente por autoridade competente.

Em 1982 passou a chamar-se “Escola Estadual Caramuru – Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau”. Em 1988, a Resolução nº 4075, de 28 de dezembro, cessou definitivamente a partir de janeiro de 1989, o curso de 1º Grau Supletivo, função Suplência de Educação Geral, Fase I, passando este Estabelecimento de Ensino a denominar-se “Escola Estadual Caramuru - Ensino de 1º Grau”, através da mesma Resolução. Em 1990 e 1991 foi implantado o Ciclo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Básico de Alfabetização com 1ª e 2ª Etapa de acordo com o Decreto 2545/88 e Deliberação 28/28. Em 1997 foi aprovado através do Decreto nº 2325/93 e deliberação 033/93 do C.C.E. do C.B.A. – “continuum”, 4 anos. Em 1998, passou a denominar-se Escola Estadual Caramuru – Ensino Fundamental e Educação Infantil, de acordo com a Deliberação 033/98 do C.E.F.

Desde a sua criação, este Estabelecimento de Ensino, situa-se na Travessa Rodolpho Rosenau, 157, no bairro Cabral, município de Curitiba – Paraná.

Em 2002, com a Municipalização através da Resolução nº 1494/02 passou a denominar-se Escola Municipal Caramuru - Educação Infantil e Ensino Fundamental. Em meados de 2008 decidiu-se pela não oferta da Educação Infantil, ampliando-se a oferta de uma turma a mais para o Ensino Fundamental, haja vista que a região já é assistida por diversas escolas de educação Infantil atendendo dessa forma a demanda existente. Em 2008 ocorreram as construções do pátio coberto, com piso asfáltico; da sala dos professores e o espaço para biblioteca, bem como os banheiros foram reformados. Em 2009 houve a inauguração da biblioteca Coração de Estudante e as rampas de acesso a estudantes que fazem uso de cadeiras de rodas. Em 2015 o pátio coberto foi reformado dando lugar a um piso de concreto laminado e colocado o sistema de iluminação e as traves necessárias.

O levantamento de dados sócio-econômico-cultural traduz em grande medida, a realidade das famílias dos estudantes matriculados no segundo semestre de 2014, período em que se iniciou a construção deste projeto político pedagógico.

Quanto à procedência dos estudantes matriculados, os dados indicam que a maioria reside no bairro Cabral e proximidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

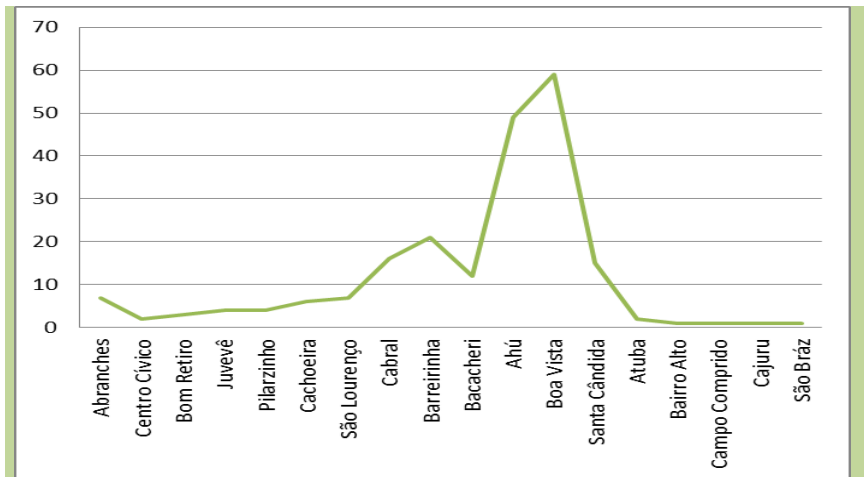


Gráfico 1 – Bairros onde residem os estudantes.

No levantamento de dados também se detecta, em menor número, estudantes com domicílios em municípios pertencentes à região Metropolitana de Curitiba.

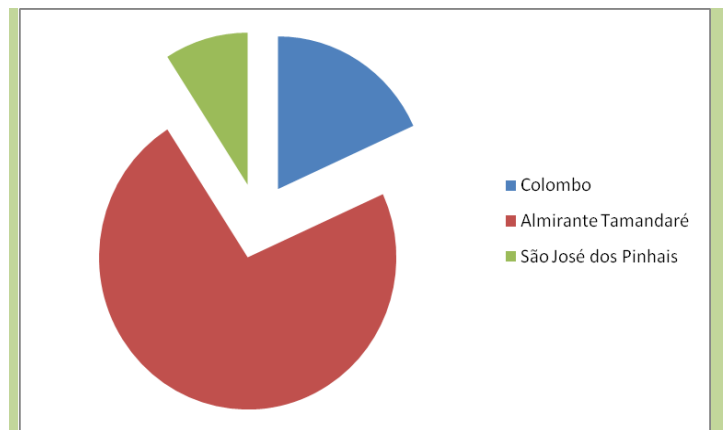
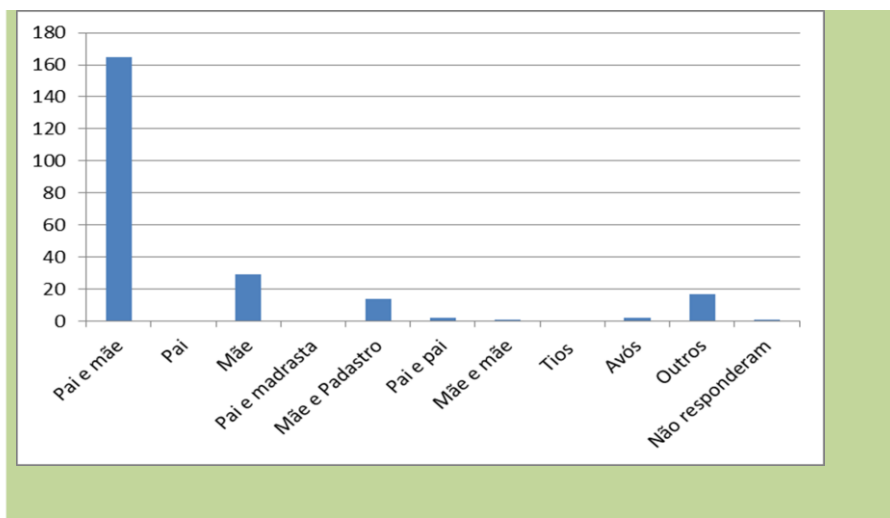


Gráfico 2 – Municípios da região Metropolitana indicados como domicílios de estudantes

São estudantes que residem com os pais, havendo também em menor escala uma diversidade na composição das famílias.



Quanto à

Gráfico 3 – residência



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Ao se considerar a família, na contemporaneidade, significa partir da complexidade existente, não se pode concebê-las como organismos únicos, universais e homogêneos. Sabe-se que o conceito de família se ampliou no século XXI e que o mesmo resulta de uma construção social a respeito do que se entende pelo ser família em cada período histórico e as influências contextuais presentes.

As ações de acolhida no espaço escolar são observadas no sentido de garantia do respeito e na importância da díade família-escola, não sendo considerados na prática pedagógica desta escola pressupostos que justifiquem ações contrárias, ou seja, preconceituosas ou estigmatizadoras.

Quanto a composição familiar a maior parte dos estudantes não possuem famílias numerosas, tem um (01) a dois (02) irmãos. Indicados nos gráficos 4, 5, 6 e 7.

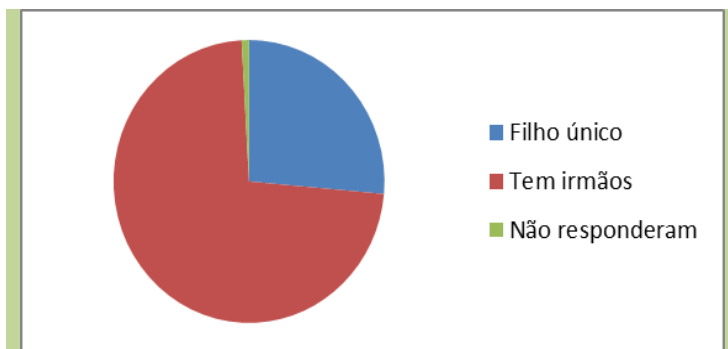


Gráfico 4 - Composição familiar

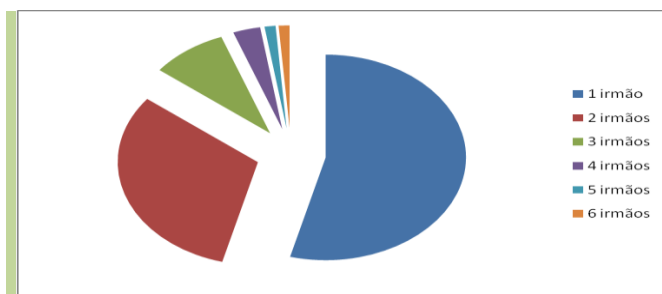


Gráfico 5 - Número de irmãos

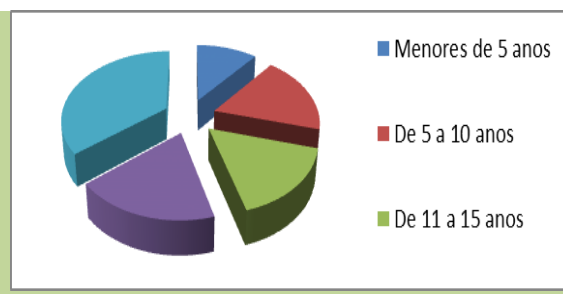


Gráfico 6 - Composição familiar



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Os dados indicam que o maior percentual das famílias convive e se constituem entre três (03) a cinco (05) elementos.

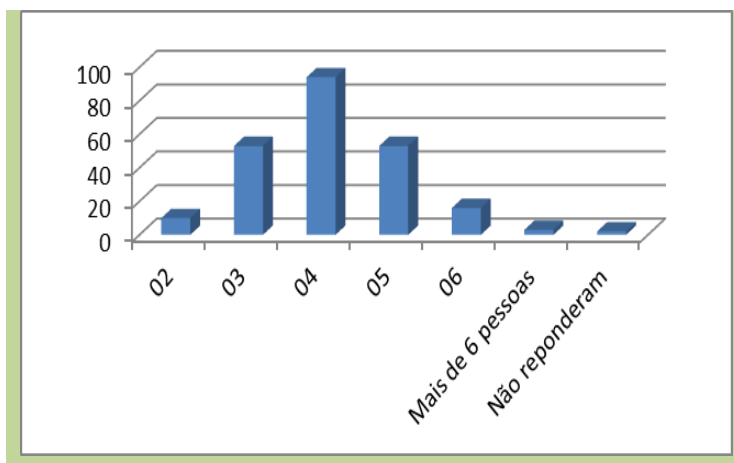


Gráfico 7 - Número de pessoas que habitam a residência

Ainda considerando a residência familiar, os dados indicam que os estudantes residem com suas famílias em imóveis informados como sendo próprios ou alugados.

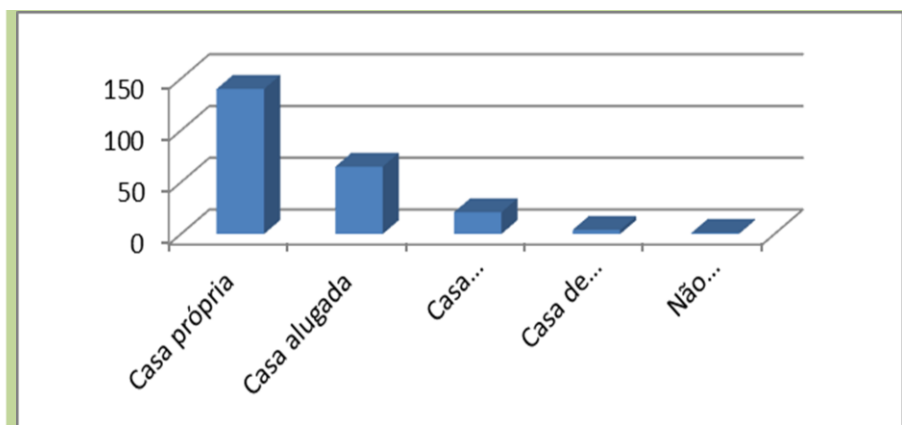


Gráfico 8 – Origem do imóvel





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Varição maior se observa quanto à renda familiar informada.

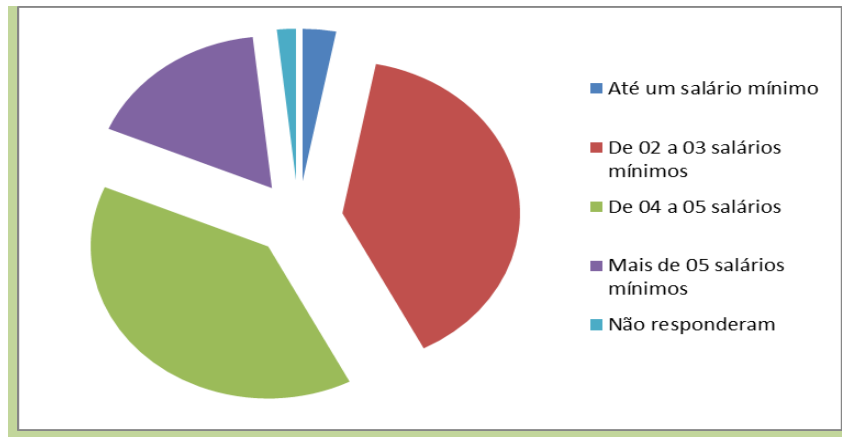


Gráfico 9 – Renda familiar

Os dados quanto à situação econômica justificam o baixo número na participação das famílias em programas sociais.



Gráfico 10 - Participação em programas sociais

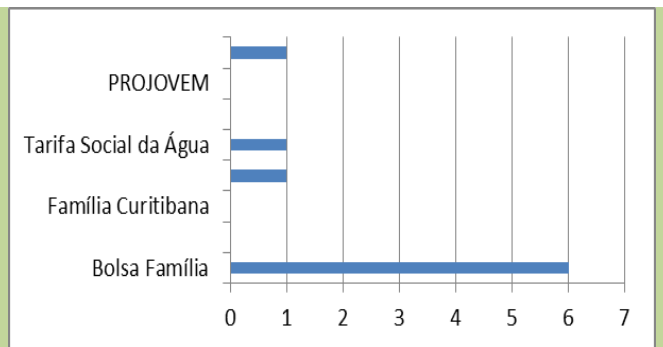


Gráfico 11 - Identificação de programas

A forma de trânsito dos estudantes à escola ocorre com transporte escolar, no caso, as Vans escolares e com veículos próprios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

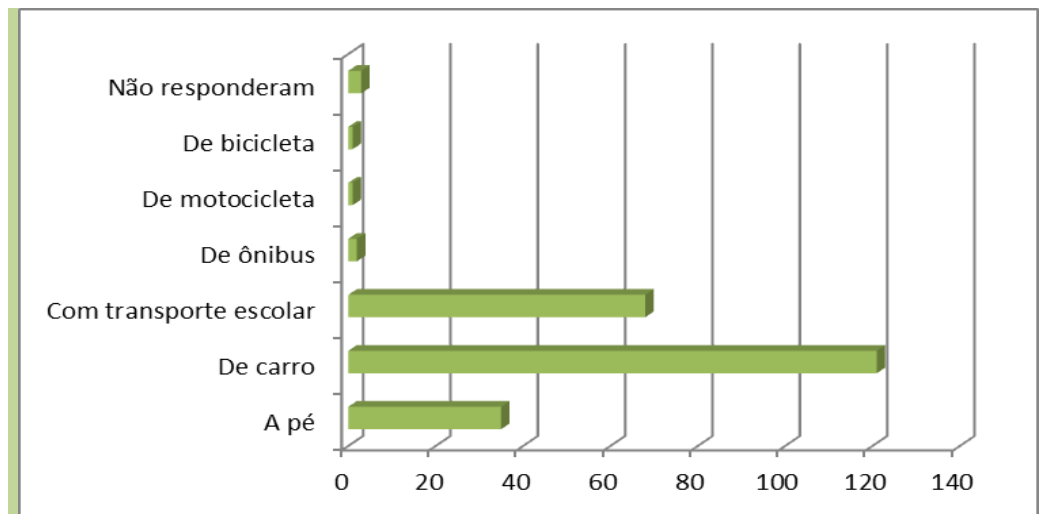


Gráfico 12 – Trânsito para acesso a escola

Quanto à principal ocupação das famílias, os dados sinalizam uma diversidade significativa, sobressaindo-se no caso da figura paterna as ocupações como profissionais autônomos, servidor público, funcionários de empresas privadas e funcionários do comércio.

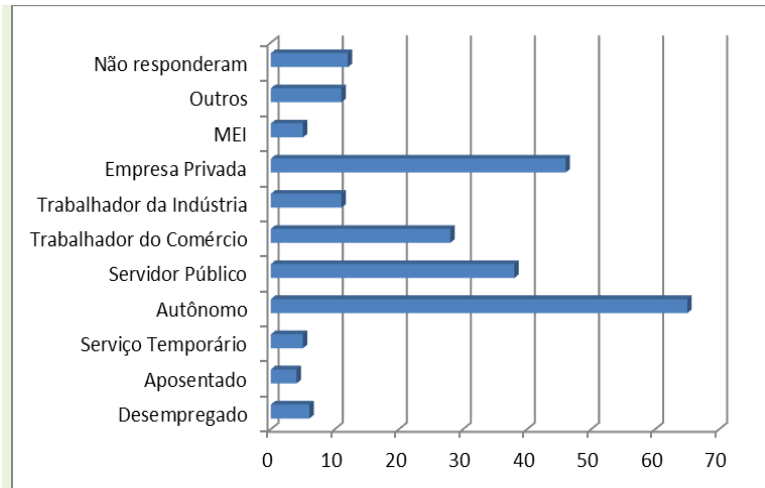


Gráfico 13 – Ocupação da figura paterna ou responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Nos dados relativos à figura materna, sobressai além das ocupações profissionais autônomos, servidor público, funcionários de empresas privadas e funcionários do comércio, a situação de desemprego e outros.

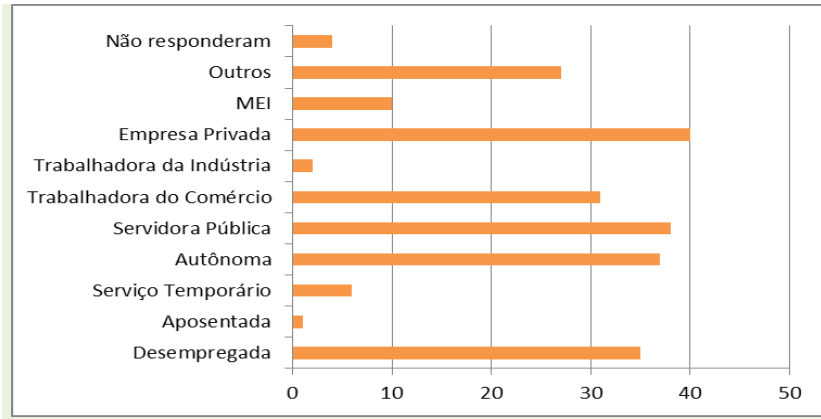


Gráfico 14 – Ocupação da figura materna ou responsável

O levantamento de dados também possibilita a análise quanto à formação dos pais ou responsáveis.

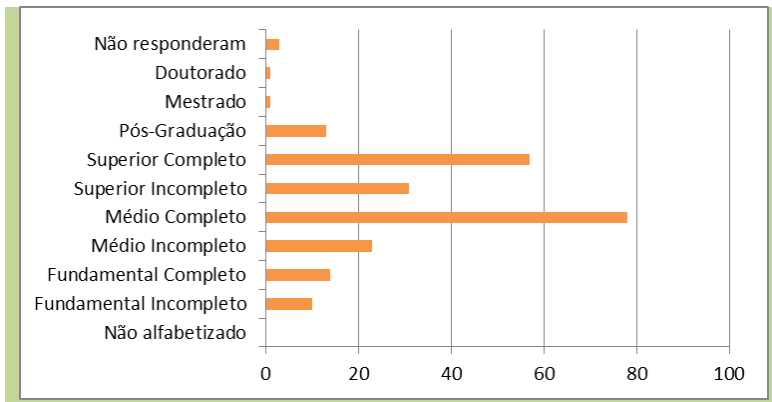
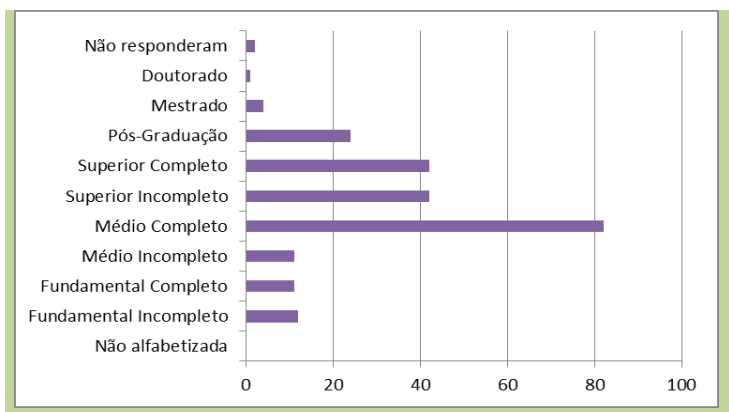


Gráfico 15 – Escolaridade da figura paterna ou responsável





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIF

Gráfico 16 – Escolaridade da figura materna ou responsável  
Quanto à vivência religiosa, observa-se uma diversidade, prevalecendo ainda em um percentual significativo da religião católica.

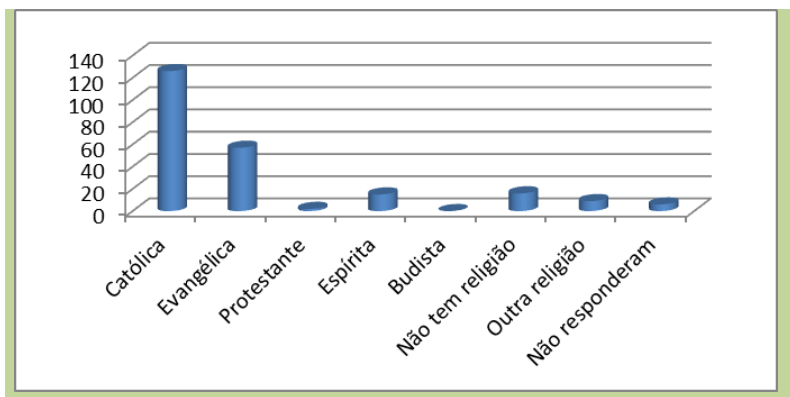


Gráfico 17 – Vivência religiosa

Quanto ao lazer, os dados apontam que os estudantes e suas famílias utilizam o tempo livre para passeio na casa de parentes ou permanecem em casa, destacando-se também idas ao shopping.

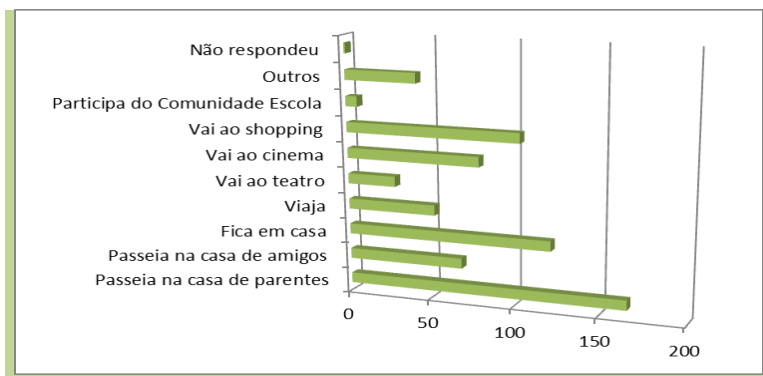


Gráfico 18 – Tempo livre

Os dados indicam que os estudantes têm acesso e utilizam diversas mídias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

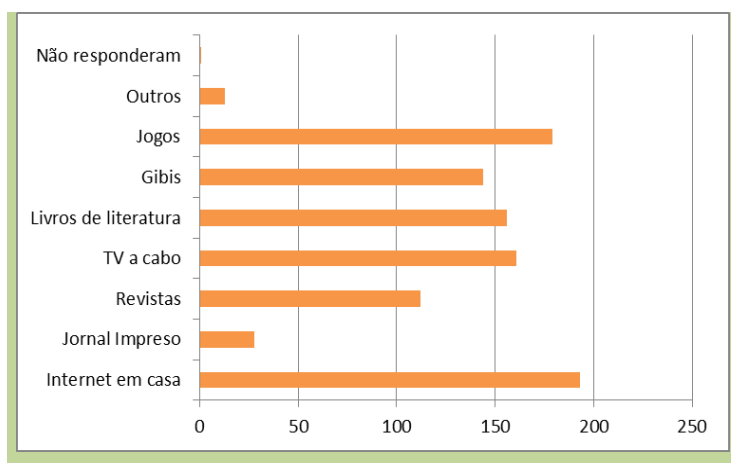


Gráfico 19 – Uso de mídias

### 1.3 Organização do espaço físico

QUANTIDADE	QUALIFICAÇÃO	CONCEITO
8	Sala de aula	Pedagógico – sendo 06 para turmas e 02 atendimento do projeto de Apoio Escolar no contraturno.
1	Sala dos professores	Onde são realizadas as permanências, realizados estudos.
2	Almoxarifados	1 localizado próximo a secretaria para o arquivo morto dos registros de alunos 1 localizado próximo a sala dos professores para os materiais pedagógicos
1	Biblioteca	Para arquivamento do acervo
3	Banheiros	01 – uso da equipe escolar 02 – estudantes (01 feminino e 01 masculino).
1	Cozinha	Recepção e distribuição da merenda (tercerizada)
1	Pátio coberto	Pedagógico – Educação Física
1	Sala de pedagogas	Sala para atendimento a pais e professores
1	Sala direção	Sala para atendimentos
1	Sala secretaria	Sala para atendimentos ao público e acondicionamento da documentação

Organização do espaço físico na sala de aula:

- armários: 03 em cada sala



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

- carteiras individuais, privilegiando o trabalho em equipe (duplas, trios...);
- murais: individual por turma (exposição de materiais didáticos dos alunos...);

Tempo:

Recreio: são garantidos dois recreios durante quatro dias da semana e reservado um dia com recreio único (integração).

#### **1.4 Acessibilidade**

A escola quanto às condições de acessibilidade possui somente rampas de acesso para uso de estudantes que fazem uso de cadeira de rodas, não tendo banheiros adaptados ou outras condições adequadas para atender estudantes com necessidades especiais. Sendo:

- 01 rampa de acesso para estudantes que fazem uso de cadeira de rodas, ao laboratório de informática, com guarda-corpo há uma previsão para construção pela secretaria de obras.
- 01 rampa de acesso ao pátio saindo do portão de entrada até a quadra.
- 01 rampa de acesso as salas saindo da quadra.

Em relação as adequações arquitetônicas na estrutura física para a acessibilidade de crianças com deficiência, e para atende-las com qualidade e respeito em nosso espaço, buscaremos parceria com o Núcleo Regional da Educação e Coordenadoria de Obras da Secretaria Municipal de Educação, para as possíveis adequações.

- Adequar banheiros;
- Nivelar o piso para entrada de salas e banheiros;
- Rever o acesso a área administrativa, hoje somente via escadas.



### 1.5 Caracterização dos profissionais da instituição

Na composição da equipe de profissionais se verifica uma diversidade significativa quanto ao tempo de trabalho na Rede Municipal de Curitiba, sendo uma pequena parcela com menos de cinco (05) anos de atuação.

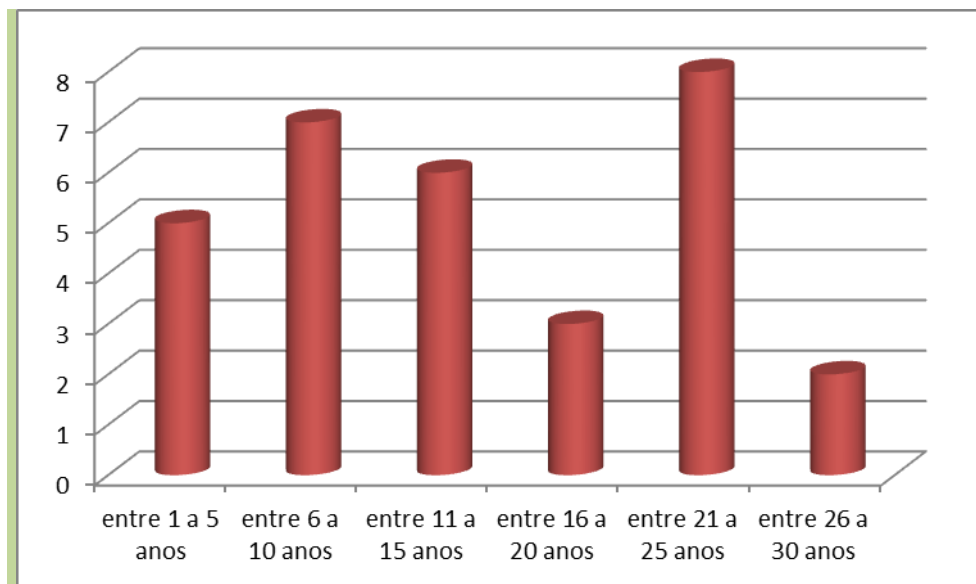


Gráfico 20 - Tempo de trabalho na Rede Municipal de Curitiba

E deste tempo de atuação na Rede Municipal de Educação de Curitiba, se considerou ainda, o tempo de atuação nesta Escola. Destacaram dois grupos distintos: profissionais que já atuam na escola entre 8 a 10 anos e profissionais que novos, que estão atuando na escola entre 1 a 2 anos. Entretanto, se relacionados os demais grupos, verificamos que a composição do grupo se manteve significativamente na última década.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

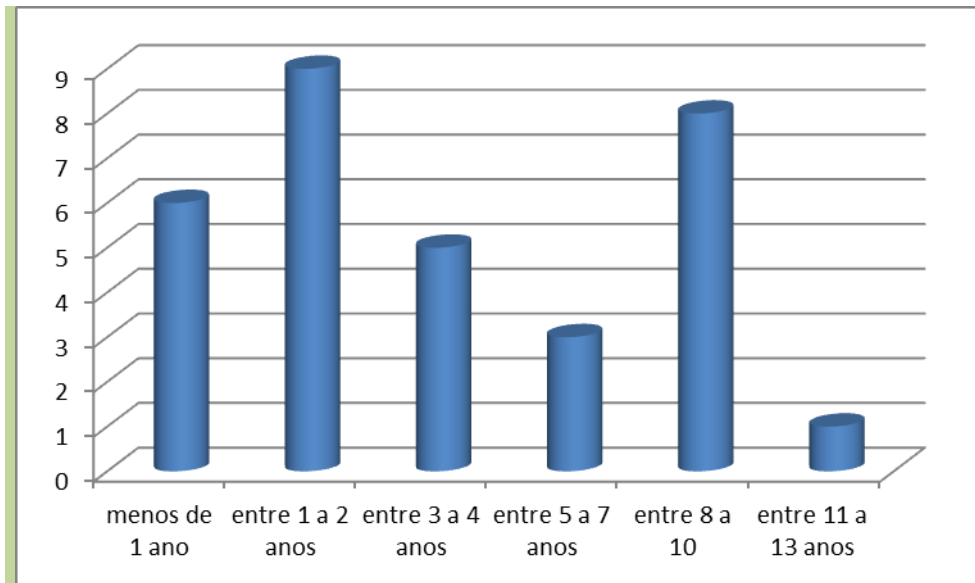


Gráfico 21 – Tempo de trabalho na Escola Municipal Caramuru

A grande maioria possui somente um padrão com vínculo na Rede Municipal de Educação de Curitiba

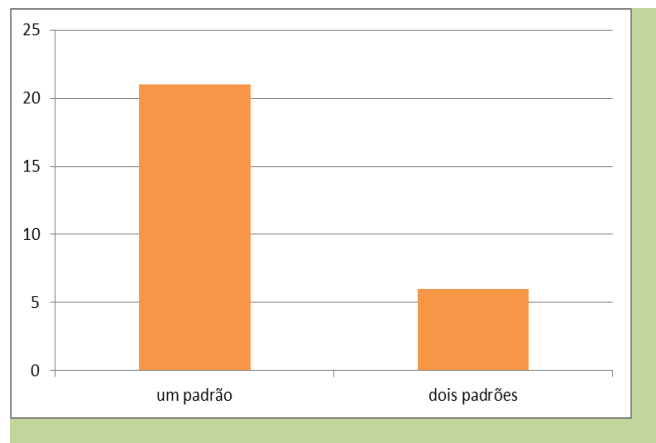


Gráfico 22 – Nº de padrões na RME de Curitiba

Quanto à formação inicial a diversidade encontrada é mínima, destacando-se a formação em Pedagogia.

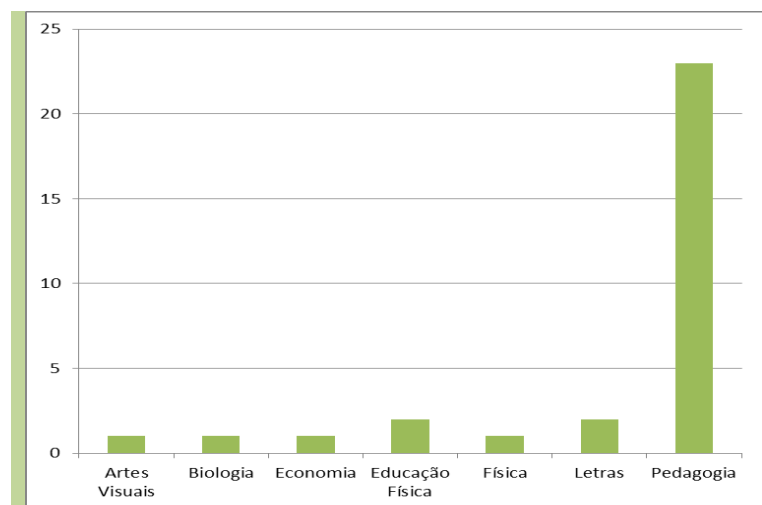


Gráfico 23 – Docentes formação inicial





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Os dados também indicam a formação da equipe de funcionários administrativos.

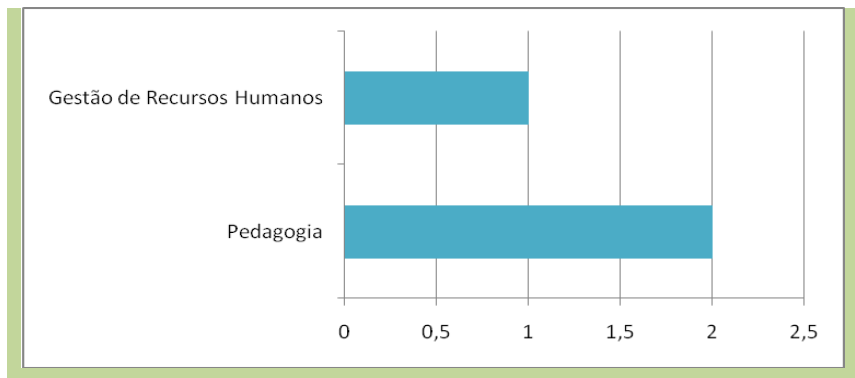


Gráfico 24 – Formação inicial Administrativo

Também com se faz referência a formação dos funcionários do apoio escolar.

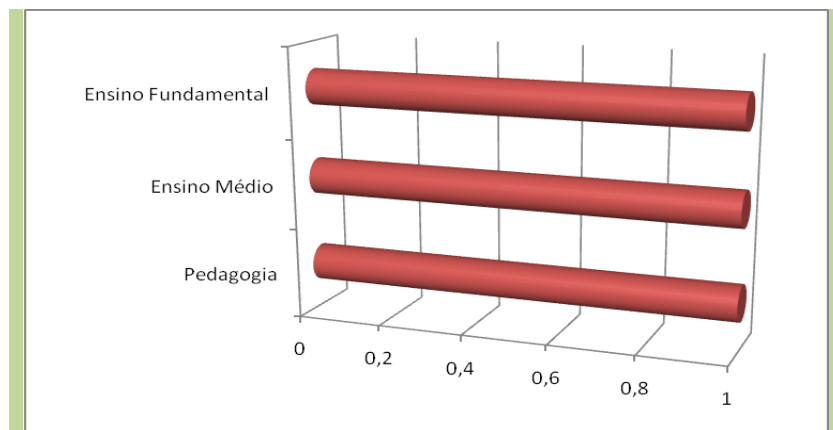


Gráfico 25 – Formação inicial Apoio Escolar

### 1.5.1 Plano de Formação Continuada

É sabido que a formação docente inicial no país não possibilita uma articulação adequada entre teoria e prática, exigindo uma busca por aperfeiçoamento e cursos de especialização por parte de cada profissional.

A Rede Municipal de Curitiba, assim como os demais sistemas de ensino tenta equacionar a questão com um Plano de Formação que minimamente discuta a prática pedagógica e possibilite aos profissionais revisitar teorias educacionais que favoreçam a melhoria da qualidade do ensino. Na mesma medida também se intenciona estimular no profissional da educação uma postura voltada a *episteme*, ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

seja, a constante busca ao conhecimento de natureza científica, em oposição à opinião infundada ou irrefletida.

Nas palavras de FREIRE (2008): gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Somos seres inacabados e tal reconhecimento traz em si a obviedade de que, portanto somos seres em construção e em constante processo de aprendizagem.

Os cursos ofertados pela mantenedora são de curta e média duração, com docentes que ocupam função técnica nos núcleos de educação e nos diversos setores e/ou departamentos de ensino. Também há estímulos pela busca pessoal a cursos externos de pós-graduação, com liberação em licença remunerada para os cursos de mestrado e doutorado.

Na escola a equipe pedagógica desenvolve uma prática formativa, valorizando para tanto, os momentos de estudos na escola, as reuniões pedagógicas, as permanências individuais e coletivas.

## 2. Etapas e modalidades ofertadas

Ensino Fundamental – Ciclo I e II (1º ao 5º ano)

A oferta dos 5 (cinco) anos do primeiro segmento do Ensino Fundamental organizados em Ciclos, vigente desde 1999, teve cessação gradativa a partir da Etapa Inicial em 2007 paralelamente à implantação gradativa do Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos.

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
ANOS INICIAIS	CICLO I	1º ANO
		2º ANO
		3º ANO
	CICLO II	4º ANO
		5º ANO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

A implantação da nova nomenclatura do Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos com atendimento às normas do respectivo sistema de ensino.

### **3. Regime Escolar**

O calendário da Escola deve prever o mínimo de 200 dias e 800 horas de efetivo trabalho educativo com o estudante, sendo exigida dessa carga horária a frequência mínima de 75% para os estudantes do ensino fundamental e 60% para as crianças da pré-escola.

3.1 Calendário escolar: a definição ocorre a partir de uma consulta à comunidade escolar com indicativos para as datas de Conselho de Classe, Reuniões Pedagógicas e de Organização do Trabalho Pedagógico - OTP.

3.2. Turmas e horários: As seis turmas do turno da manhã iniciam o período às 7h e 30 minutos encerrando às 11h e 30 minutos. As seis turmas do turno da tarde iniciam o período às 13h e 30 minutos e encerram às 17h e 30 minutos.

### **4. Filosofia e Princípios didático-pedagógicos da instituição**

#### **4.1 Concepções**

Buscar as concepções filosóficas presentes no grupo, nos leva ao entendimento de questões complexas: Quem é a criança/sujeito/ser humano que encontramos hoje no contexto escolar? Em que contexto histórico, social, cultural se encontram? Que práticas escolares podem favorecer o surgimento de cidadãos emancipados, proativos em seus contextos sociais? E no curto período, que prática ou práticas pedagógica oportunizam a garantia de acessos mais equânimes e que resultem em sucesso durante a trajetória escolar?



#### 4.1.1 Sociedade

“Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem”. Bertolt Brecht

Deparamo-nos com um mundo onde as desigualdades sociais estão muito presentes e o acesso às informações ocorre em grande proporção e rapidez. Mas se por um lado, nos aproximamos através das redes sociais e outras mídias, por outro, as relações se mostram mais complexas. Os conflitos estão mais visíveis, evidenciando uma disputa no campo ideológico entre uma visão conservadora, excludente, meritocrática de sociedade e uma mais crítica, com vistas à inclusão social.

A visibilidade dada a temáticas que em tempos passados não eram consideradas ou eram tratadas de forma sigilosa, hoje são abertamente discutidas e revestidas por direitos constitucionais que não podem ser negados, impulsionando mudanças significativas na construção social.

#### 4.1.2 Ser humano

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que meu ‘destino não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidade e não de determinismo. (FREIRE, 2008, pág. 52)

São as relações humanas que contribuem para o processo de autorregulação e de reorganização permanente do ser humano, que acontecem e proporcionam uma complexidade crescente nas relações, que facultam a eventual emergência da autonomia de cada sujeito, num processo sempre único e original.

*Nossa criança é crítica, dinâmica, participativa, ativa, agitada, comunicativa, com carência afetiva, sem limites. Tem acesso a muita informação, porém são negligenciadas quanto à mediação e acesso às mesmas.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

*São protegidas, possui na sua maioria uma boa condição social, tem acesso à informação, leitura, cultura e a 'era digital'. As famílias se apresentam em diversos formatos. Poucas se utilizam de ônibus ou vêm a pé à escola. São crianças agitadas, dispersivas, têm acesso a bens culturais significativos.*

*É extremamente crítica, exigentes, não reagem bem a frustração, utilizam de chantagem, tanto com os pais e outros. Demonstram uma curiosidade aguçada, e ao mesmo tempo carentes de afeto. (SEP Escola, 2016)*

#### **4.1.3 Educação**

A Educação é um fenômeno que acompanha o ser humano ao longo de toda a sua vida. Ela é crucial para a humanização do ser humano, para o desenvolvimento do seu projeto de vida e mesmo do projeto antropológico da humanidade (CARVALHO, 2001; MERSENAS, 2002; MORIN, 1988). Através da educação explicita-se em cada ser humano, o seu potencial genético; ela é uma condição para tal.

A Educação é também considerada um direito fundamental, condição para o pleno desenvolvimento, logo se espera que a educação de qualidade social se desenvolva, pela vivência, garantia e proteção de direitos no espaço escolar caracterizado pela diversidade de sujeitos que a constitui.

A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. (BRASIL, 2012).

Ao conceito e à prática da educação está intrinsecamente associada a ideia de transformação, de desenvolvimento, ou seja, de superação permanente dos sucessivos estádios de equilíbrio do ser humano considerado na sua individualidade e na sua coletividade. Afirma-se neste projeto o compromisso da escola para uma educação em direitos humanos, e ao fazê-lo se fortalece a prática escolar referendada nos princípios democráticos.

A escola atual está fragilizada e ao mesmo tempo há um acúmulo de responsabilidades: familiares, financeiros, sociais, deixando de cumprir sua função social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

A ação da escola deve privilegiar a relação da comunidade com o ambiente escolar.

A escola Caramuru se insere numa comunidade exigente com relação a educação, mas nem sempre correspondem as expectativas quanto ao acompanhamento familiar.

Interferem em demasia no andamento das atividades da instituição escolar e por vezes fere a autonomia da escola quanto ao estabelecimento das regras. Na escola falta o resgate de brincadeiras.(SEP Escola , 2016)

## 4.2. Princípios e Fins

A escola tem no âmago de sua atuação uma importante função social, assumindo diferentes formas, em diferentes tempos históricos, pode se tornar mantenedora ou transformadora ao se inserir no processo social.

(...) é parte da totalidade social, como mediação social, a escola vai encarnar e reproduzir as contradições sociais...fazendo surgir na e através da escola, as próprias contradições e as possibilidades de sua superação, como uma instituição ao mesmo tempo conservadora e transformadora. (Bock & Aguiar, 2003, p. 150)

Os processos de planejamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo do projeto político pedagógico estão subsidiados na definição e efetivação da finalidade da educação escolar.

Um projeto pedagógico é entendido sempre como processo, resultante dos significados construídos socialmente. Ele se apoia no conhecimento e na trajetória institucional historicamente construídos e faz uma projeção de futuro; portanto, é ao mesmo tempo, instituído e instituinte. (EYNG, 2007, p 163)

Aprender significa sempre, de alguma forma, transformar-se (VIEIRA, 2009). Essa capacidade de transformar e de se transformar “liberta” a humanidade das forças da natureza (MERSENAS, 2002), permitindo-lhe aceder a essa forma de solidariedade e de sociabilidade à que chamamos cultura.

Nas discussões para elaboração deste Projeto Político pedagógico a finalidade da escola que mais ganhou força foi a de que para além das razões mais imediatas, a importância da Educação encontra-se no processo de democratização em tornar acessível a todos e em iguais condições o saber elaborado. Ou seja, ter acesso ao que Saviani (2010) denomina “saber escolar” - organização do saber



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

elaborado, produzido historicamente, para efeitos do processo de transmissão-assimilação no espaço e tempo escolares.

A cultura letrada, o saber sistematizado está disponível socialmente, mas, para ser assimilado pelas crianças, ele precisa ser dosado e sequenciado, isto é, organizado de uma forma tal que se torne assimilável progressivamente pelos educandos por meio do trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas. (SAVIANI, 2010, pág. 130)

A educação nessa concepção é condição *sine qua non* para o surgimento de indivíduos autônomos e emancipados socialmente. Ela é possibilidade de melhoria não apenas para o indivíduo, mas também para o desenvolvimento de toda a sociedade.

A Educação não é, portanto, uma questão de interesse local, tendo sido tratada, segundo SAVIANI (2010) pelos principais países, a partir do Século XIX, como uma questão de caráter nacional. No limite, trata-se, na verdade de uma questão de toda a humanidade. Com efeito, a implantação de um sistema de ensino amplo e orgânico, capaz de universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo, sem o que não se pode falar seriamente em democratização, é uma tarefa que implica condições técnicas e financeiras que ultrapassam a capacidade dos municípios e que implica o esforço conjunto das três instâncias públicas, a municipal, a estadual e a federal, sob a coordenação nacional.

Efetivar os princípios e fins da escola pública, desta forma, passa por reconhecer, considerar e articular as diretrizes da Rede Municipal de Curitiba, enquanto mantenedora e as normativas nacionais que regulam a Educação no contexto nacional.

#### **4.2.1 Da instituição**

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é partir do saber sistematizado que se



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIF

estrutura o currículo da escola elementar. Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber seja aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso conhecer também a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia). (SAVIANI, 2008 p. 15)

A função da escola é a priori, ensinar. Sendo a escola, a única instituição social reconhecidamente capaz de sistematizar e transmitir os conhecimentos socialmente elaborados, bem como provocar o surgimento de outros. Fortemente associado ao papel da escola, encontra-se o direito de aprender de cada estudante que adentra aos muros da escola.

Desta forma, a função social da escola encontra-se na garantia de aprendizagens de todos e de cada estudante. Através de uma prática pedagógica com qualidade que reconhece e respeita as diferenças, buscando metodologias que favoreçam o sucesso dos estudantes.

Também se destaca que a escola trabalha com seres humanos e que, portanto, gente é o que se pretende formar, ou seja, a função humanizadora da educação, por vezes esquecida, é aqui lembrada. Cabe também à escola incentivar uma convivência social adequada, baseada no respeito às diferenças, a não aceitação de qualquer tipo de preconceito ou práticas estigmatizadoras que causam sofrimento, reconhecidamente como nos casos de *bullying*.

#### **4.2.2 Da gestão escolar**

A gestão democrática se efetiva quando todos participam qualificadamente do processo de ensino aprendizagem. A democracia é um direito social não individual inicia-se na garantia de aprendizagem da criança.

Após a constituição de 1988 o direito é de todos e ninguém tira. O cidadão é um sujeito de direito público e subjetivo, não se pode negar em fazer, é obrigatório. Não é a condição financeira que dá ao sujeito o direito à escola pública, ela é direito de todos. ( LDB 9394/96 artigo 5º)





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

A LDB regulamenta a gestão democrática do ensino público em geral, contribuindo de forma transparente para que as leis sejam aplicadas na educação básica, garantindo certa autonomia para as unidades federativas para um planejamento adequado das pretensões de cada unidade.

A gestão escolar é legalmente fundamentada e a legislação pertinente determina que tal gestão seja democrática, conforme estabelecido no artigo 18 da LDB, no qual a democratização da gestão se reduz a um ideal de orientação de atividades das escolas e ao incentivo à participação da comunidade.

Para LUCKESI (2007), gerir democrática e participativamente uma escola significa dar condições para que todos exerçam suas funções e ocupem os seus lugares, em função do bem estar de si e do outro, o que significa ter presente também o coletivo e o meio ambiente.

Atuar coletivamente é condição essencial ao exercício democrático. Políticas e ações concebidas e planejadas em conjunto têm mais chances de efetivação, pois a ação pedagógica pressupõe o trabalho coletivo, uma vez que o direito à educação só será garantido quando todos se responsabilizarem pela distribuição equânime desse bem social (Caderno SEP Escola, 2014)

Precisamos atentar que a Educação é um bem público e deve ser de qualidade, assim sendo, precisamos oferecer aos nossos estudantes uma formação crítica e efetiva garantindo a equidade e o acesso de todos à educação. Por isso, neste plano de gestão, buscamos valorizar a Gestão Democrática e Participativa de todos aqueles que integram o processo de ensino aprendizagem.

Desta forma, as experiências e vivências decorrentes das desigualdades de condições sócio econômica e cultural, não colocam os indivíduos e grupos sociais em iguais condições de partida no percurso da escolarização. Todos têm direito as mesmas oportunidades, porém alguns precisam de um pouco a mais, é o princípio da equidade.

A qualidade da educação é interesse tanto da equipe escolar, quanto dos alunos e de suas famílias (além do Estado, das autoridades educacionais e da nação como um todo). Sua melhoria depende da busca de sintonia da escola com ela mesma e com seus usuários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Conforme Luck (2000) a gestão escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesmo, uma vez que o objetivo final da gestão é a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos, de modo que, no cotidiano que vivenciam na escola, desenvolvam as competências que a sociedade demanda, dentre as quais se evidenciam: pensar criativamente; analisar informações e proposições diversas, de forma contextualizada; expressar ideias com clareza, tanto oralmente, como por escrito; empregar a aritmética e a estatística para resolver problemas; ser capaz de tomar decisões fundamentadas e resolver conflitos, dentre muitas outras competências necessárias para a prática de cidadania responsável. Portanto, o processo de gestão escolar deve estar voltado para garantir que os alunos aprendam sobre o seu mundo e sobre si mesmos em relação a esse mundo, adquiram conhecimentos úteis e aprendam a trabalhar com informações de complexidades gradativas e contraditórias da realidade social, econômica, política e científica, como condição para exercício da cidadania responsável.

Aliado à descentralização, surge o conceito de autonomia da escola como um dos conceitos mais mencionados nos programas de gestão como condição para realizar o princípio constitucional de democratização da gestão escolar. A autonomia de gestão da escola é um dos quatro pilares sobre os quais se assentam a eficácia escolar apresentada por Luck (2000). Os demais são: a existência de recursos sob controle local, a liderança pelo diretor e participação da comunidade. Ainda conforme esta autora: O conceito de autonomia da escola está relacionado com tendências mundiais de globalização e mudança de paradigma que têm repercussões significativas nas concepções de gestão educacional e nas ações dela decorrentes. Descentralização do poder, democratização do ensino, instituição de parcerias, flexibilização de experiências, mobilização social pela educação, sistema de cooperativas, interdisciplinaridade na solução de problemas são estes alguns dos conceitos relacionados com essa mudança. Entende-se, nesse conjunto de concepções, como fundamental, a mobilização de massa crítica para se promover a transformação e sedimentação de novos referenciais de gestão educacional para que a escola e os sistemas educacionais atendam às novas necessidades de formação social a que a escola deve responder, conforme anteriormente apontado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Discutir gestão escolar e principalmente a gestão daquilo que é público, relaciona-se automaticamente a questão da democracia e da necessidade da transparência e participação nos processos decisórios da gestão, respeitando-se o critério da representatividade, em conformidade com o Estado de Direitos em que vivemos. E na Escola, a questão não é diferente, prescinde de critérios e espaços democráticos.

Para Saviani a relação entre educação e democracia se caracteriza pela dependência e influências recíprocas. Em suas palavras:

Ou seja, a democracia depende da educação para seu fortalecimento e consolidação e, vice-versa, a educação depende da democracia para seu pleno desenvolvimento, pois, em meu entender, a educação não é outra coisa senão uma relação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana. (SAVIANI, 2010, pág. 135)

Esse entendimento nos lembra de que a gestão democrática não significa a mera garantia da vontade da maioria, são profissionais com expectativas, concepções de educação e vivências diversas que se encontram no cotidiano escolar.

Assim, quais os mecanismos que utilizamos na busca do fortalecimento da gestão democrática?

A equipe gestora no cotidiano mantém-se atenta a fala dos profissionais e busca atender as situações de forma dialogada e construtiva. Vem estruturando mecanismos de funcionamento da gestão, estimulando a participação dos diferentes segmentos nos espaços decisórios da vida escolar. Como:

- Convocação às reuniões de Conselho Escolar e APPF, de forma individual ao representante do seu segmento.
- Reuniões periódicas em conformidade com o Calendário Escolar.
- Repasses cotidianos durante o recreio.
- Rede de e-mail de orientações e convites efetuados pela mantenedora.
- Livro de comunicação.
- Disponibilidade de comunicação.

Fortalece a transparência com a ampliação da publicização em mural voltado à comunidade escolar (Pátio coberto) das convocações realizadas, bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

como Prestação de contas com periodicidade a ser definida de acordo com as normas de cada órgão (Conselho de Escola) e instituição escolar (APPF).

#### **4.2.2.1 Órgãos Colegiados (Conselho de Escola, Grêmio)**

##### Conselho de Escola

A participação das famílias na educação formal dos estudantes pode ir muito além do acompanhamento de boletins e de conversas com professores. O envolvimento direto dos pais no dia a dia da escola, participando de questões ligadas à administração e ao ensino, é fundamental para a melhoria da qualidade do funcionamento geral da escola.

O Conselho Escolar é a instância máxima da escola. Ele é formado por segmentos diversos: representantes de pais ou responsável, estudantes, professores, funcionários e movimentos sociais comprometidos com a educação. Seu objetivo é auxiliar na gestão escolar a partir da discussão de temas que direcionam as ações do estabelecimento de ensino.

É essencial a participação de todos os segmentos no Conselho Escolar. Essa participação é o que torna democrática a gestão da escola pública. As escolas são autônomas na gestão dos seus recursos e na elaboração dos seus projetos pedagógicos. Assim, elas podem resolver problemas específicos de cada comunidade. E a melhor maneira de saber o que a comunidade precisa é trazê-la para a gestão administrativa e pedagógica da escola por meio dos Conselhos. Com a formação do Conselho, o cidadão vira um sujeito participante no destino de sua Educação e da sua sociedade.

O Conselho é formado por representantes de todos os grupos envolvidos com a educação: funcionários e professores da escola, pais e outros membros da comunidade. Inserindo todos os interessados na discussão e tirando as decisões das mãos de poucos, ele transforma a escola em um ambiente mais democrático e transparente.

O Conselho Escolar é composto por: diretor; representante da equipe pedagógica; representante do corpo docente (professores); representante da equipe



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

técnico-administrativa; representante da equipe auxiliar de serviços escolares; representante dos pais de alunos ou responsáveis; representante da APPF. É importante destacar que o número de representantes por segmento deve ser igual, ou seja, 50% para representantes dos profissionais da escola e 50% para representantes da comunidade escolar e local. Para cada representante de segmento será eleito um suplente. Este poderá vir a ser o titular caso ocorra saída do titular.

É competência dos conselheiros orientar pais, estudantes, professores e funcionários sobre o encaminhamento de problemas relacionados à escola, elaborar e estabelecer normas, aconselhar e fiscalizar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, tais como: a avaliação dos professores e funcionários; os processos de reprovação de alunos e as contas da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APPF).

Cabe ao Conselho Escolar analisar, autorizar e acompanhar a execução do Projeto Político-Pedagógico, bem como tomar decisões sobre as questões administrativas e financeiras da escola.

O Conselho Escolar exerce as seguintes funções:  
**Deliberativa:** é a competência de decidir sobre as ações e o funcionamento administrativo, pedagógico e financeiro da escola, bem como sobre as políticas públicas nela desenvolvidas.

**Consultiva:** refere-se ao encargo de analisar as questões do âmbito escolar e apresentar um parecer.

**Avaliativa:** é o acompanhamento das ações desenvolvidas na escola, de forma a identificar as dificuldades e possibilidades de melhorias.

**Fiscalizadora:** é a responsabilidade de fiscalizar as ações desenvolvidas na escola, a fim de garantir o cumprimento das normas preestabelecidas.

#### 4.2.2.2 Instituição Escolar (APPF)

A Associação de Pais, Professores e Funcionários, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação de pais, professores e funcionários da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

unidade de Educação Infantil e Ensino Fundamental, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins econômicos, não sendo remunerados os seus dirigentes ou conselheiros.

É o elo de ligação entre pais, professores e funcionários com a comunidade que busca soluções equilibradas para os problemas coletivos do cotidiano escolar, dando suporte à direção e à equipe, visando o bem-estar e formação integral dos alunos.

Os objetivos da Associação de Pais, Professores e Funcionários são: participar de reuniões com a equipe pedagógico-administrativa, discutindo e sugerindo ações que oportunizem a integração família – escola – comunidade; integrar a comunidade no contexto da escola, visando sempre a sua realidade na discussão da política educacional para a democratização do ensino e a conquista da gestão colegiada; representar os reais interesses da comunidade escolar junto à escola, contribuindo dessa forma, para a melhoria do ensino; promover o entrosamento entre pais, educandos, professores, educadores e funcionários e os membros da comunidade, através de atividades sócio-educativo, cultural e desportivas; gerir e administrar os recursos financeiros próprios da Associação e os que lhe forem repassados através de Convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com a Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica da APPF da Escola, com registro em livro ata da APPF. Compete à Associação de Pais, Professores e Funcionários: discutir e acompanhar o desenvolvimento do projeto pedagógico, sugerindo ao Conselho da Escola as alterações que julgarem necessárias; discutir e estabelecer com o Conselho da Escola, os critérios que orientarão a cessão das dependências das escolas para realização de eventos pedagógicos, observando, para tanto, as orientações da Secretaria Municipal da Educação; estimular a criação e desenvolvimento de clubes de mães, e de outras atividades correlatas para a comunidade escolar; promover atividades complementares, não formais para a comunidade da Escola, mobilizando recursos humanos e materiais necessários, após análise e pronunciamento da Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, desde que não interfiram no trabalho pedagógico da unidade; promover palestras, conferências



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

e círculos de estudos envolvendo pais, professores, pedagogos, educadores e funcionários, a partir de necessidades apontadas por esses segmentos; mobilizar a comunidade da Escola na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo que expresse as necessidades e expectativas do grupo; elaborar, apresentar e pronunciar-se no âmbito de suas competências, em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, as Prestações de Contas da APPF, cabendo a Assembleia Geral a aprovação; receber doações e contribuições voluntárias, fornecendo o respectivo recibo, onde o recebimento desses recursos e o fornecimento do recibo caberá somente ao tesoureiro (a) da APPF; convocar, através de edital e envio de comunicado, a todos os associados, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, para a Assembleia Geral Ordinária, e com no mínimo 1 (um) dia útil para a Assembleia Geral Extraordinária, em horário compatível com o da maioria dos associados com pauta claramente definida na convocatória, onde a convocatória será feita e assinada somente pelo Presidente da APPF, exceto em caso de fundação da APPF cuja convocatória deverá ser feita e assinada pela Diretoria da unidade, fazer reuniões periódicas de Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, para tomada de decisões e prestação de contas das receitas oriundas de quaisquer contribuições e/ou doações, registrando todas as decisões em livro ata, onde a convocatória será feita e assinada somente pelo Presidente da APPF; apresentar balancete semestral aos associados em Assembleia Geral, e também através de edital em lugar visível e de passagem; apresentar balanço anual e relatório de atividades aos associados em Assembleia Geral Ordinária da APPF, e também através de edital em lugar visível e de passagem; entre outros.

#### **4.3 Ensino Fundamental**

“A cada idade corresponde uma forma de vida que tem valor, equilíbrio, coerência que merece ser respeitada e levada a sério; a cada idade correspondem problemas e conflitos reais (...) pois o tempo todo, ela (a criança) teve de enfrentar situações novas (...) Temos de incentivá-la a gostar da sua idade, a desfrutar do seu presente.” Snyders



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

O art. 23 da LDB incentiva a criatividade e insiste na flexibilidade da organização da educação básica, portanto, do Ensino Fundamental: “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.”

A referida lei, no art. 32, determina como objetivo do Ensino Fundamental a formação do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

#### **4.4 Educação Inclusiva**

Para além do aspecto legal a escola tem sua prática voltada para a acolhida e o respeito às diferenças e necessidades da cada estudante. Efetua adaptações de recursos, adequações curriculares, estimula a formação dos profissionais em cursos voltados a Educação Inclusiva, além de buscar metodologias que atendam as necessidades e favoreçam o aprendizado do conteúdo, de acordo Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/ 2015.

Art. 27. Educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Nessa perspectiva busca-se assegurar no âmbito da escola os direitos legais, integrando a educação inclusiva, a educação especial na proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme definições da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Considera-se, que a educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses estudantes no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Enfatiza-se que em consonância com os princípios da educação inclusiva (BRASIL, 2001) o atendimento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, onde a escola busca organizar suas classes, com professores das classes comuns, com a distribuição dos alunos de acordo com suas necessidades por várias classes comuns para que se beneficiem das diferenças e ampliem as experiências dentro do princípio educar para a diversidade, flexibilizações e adequações no currículo, usando uma metodologia de ensino diferenciando os processos e realizando avaliações adequadas ao desenvolvimento, respeitando a frequência obrigatória, serviços de apoio pedagógico nas classes comuns, por professores, intérpretes e outros profissionais, apoio necessários a aprendizagem, locomoção e comunicação.

## **5. Bases norteadoras para a organização e desenvolvimento do trabalho educativo**

No cotidiano escolar observa-se que a prática pedagógica gradativamente avança para uma educação crítica que visa à emancipação dos sujeitos envolvidos. Entretanto, ainda se percebe traços significativos de tendências pedagógicas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

conservadoras, que influenciam direta ou indiretamente, ora de modo orgânico ou difuso a organização do trabalho educativo.

Respeitadas as construções e trajetórias individuais de cada profissional da educação, a equipe pedagógica vem buscando através de uma prática formativa orientar a elaboração do planejamento numa perspectiva metodológica mais integradora e problematizadora em detrimento de uma visão fragmentada dos conteúdos escolares. Tal perspectiva favorece a compreensão crítica da realidade por parte do estudante ao ter acesso à totalidade, dando-lhe condições de construir e/ou confirmar suas hipóteses frente ao mundo que o cerca.

Nessa perspectiva as reflexões presentes no Currículo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Curitiba, enfatizam quatro modalidades organizativas do tempo didático: atividades permanentes, sequências didáticas, projetos didáticos e atividades de sistematização.

E ainda, de acordo com o Currículo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Curitiba, construídas de forma integrada, complementar ou utilizadas separadamente, possibilita uma visão abrangente do processo educativo, permitindo o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes e favorecendo a retomada e aprofundamento de conteúdos dos diferentes componentes curriculares.

Adota-se aqui, o entendimento proposto no Currículo para cada uma das modalidades organizativas do tempo didático:

- Atividades permanentes

São propostas organizadas e realizadas regularmente (diária, semanal ou quinzenal), durante um determinado período de tempo (mês, ano) e de forma sistemática, sem necessariamente acontecer sempre da mesma forma. São planejadas a partir de objetivos e conteúdos específicos dos componentes curriculares com o propósito de familiarizar, aproximar, repertoriar os estudantes em relação a determinado assunto ou tema. A constância e regularidade das propostas possibilita aos estudantes a apropriação gradativa de conhecimentos e o desenvolvimento da autonomia (intelectual), proporcionando ao trabalho educativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

bases para o aprofundamento de outros conhecimentos. Algumas possibilidades: leitura, jogos pedagógicos, entre outras.

[...] trabalho regular, diário, semanal ou quinzenal que objetiva uma familiaridade maior com um gênero textual, um assunto/tema de uma área curricular, de modo que os estudantes tenham a oportunidade de conhecer diferentes maneiras de ler, de brincar, de produzir textos, de fazer arte, etc. (BRASIL, 2007, p. 112)

- Sequência didática

Parte de objetivos e conteúdos específicos de um determinado componente curricular, visando o acesso e o aprofundamento de conhecimentos a partir de propostas organizadas e realizadas numa ordem crescente de desafios/dificuldades. Nessa modalidade, cada etapa favorece a realização da próxima, permitindo aos estudantes o aprimoramento de conhecimentos anteriores e a utilização destes em outros contextos.

[...] as sequências didáticas pressupõem um trabalho pedagógico organizado em uma determinada sequência, durante um determinado período estruturado pelo professor, criando-se, assim, uma modalidade de aprendizagem mais orgânica. (BRASIL, 2007, p. 114)

- Projeto Didático

Refere-se à organização de propostas contextualizadas, que se articulam entre si, visando atingir propósitos didáticos, no sentido de alcançar objetivos relacionados aos componentes curriculares, e propósitos comunicativos, referente à socialização dos conhecimentos construídos. Pressupõe a participação ativa dos estudantes que compartilham desde o início da construção do projeto para alcançar objetivos tendo em vista o produto final, tomando decisões durante todo o processo, envolvendo pesquisa, e podendo ser pensado a partir de uma problematização.

[...] essa modalidade de organização do trabalho pedagógico prevê um produto final cujo planejamento tem objetivos claros, dimensionamento de tempo, divisão de tarefas e, por fim, a avaliação final em função do que se pretendia. (BRASIL, 2007, p. 119)



- Atividades de Sistematização

São momentos de sínteses dos conhecimentos trabalhados, que ocorrem por meio de exposições orais, de registros individuais e coletivos das aprendizagens realizadas pelos estudantes.

[...] são atividades destinadas à sistematização de conhecimentos das crianças ao fixarem conteúdos que estão sendo trabalhados. (BRASIL, 2007, p. 124)

## 5.1 Currículo do Ensino Fundamental

O Currículo do Ensino Fundamental de Rede Municipal de Curitiba foi produzido atendendo as necessidades de uma maior definição dos conteúdos, objetivos de aprendizagem e critérios de avaliação a serem trabalhados em cada ano do ciclo.

Importante destacar que no momento da construção deste Projeto Político Pedagógico, o documento final do Currículo do Ensino Fundamental de Rede Municipal de Curitiba encontrava-se numa versão preliminar, mas com a qual nos identificamos, haja vista que a opção pelo trabalho com os conteúdos por ano se insere numa perspectiva integradora do conhecimento. Portanto, a compreensão das suas restrições e possibilidades de ação, ou seja, o que é viabilizado ou dificultado a partir deles confere uma perspectiva dialética à prática pedagógica que deve ser considerada e aprofundada em cada componente.

Também se reafirma aqui a perspectiva de trabalho em Ciclos de Aprendizagem já assumida por esta escola, desde sua implantação. E, ao fazê-lo, acredita-se na necessária articulação entre currículo, planejamento e avaliação como elementos indissociáveis do trabalho pedagógico, haja vista que a concepção dos Ciclos de Aprendizagem enfatiza o respeito ao ritmo e desempenho do/da estudante, exigindo retomadas de determinados conhecimentos que não foram assimilados em outros anos ao longo do processo pedagógico na garantia de uma trajetória com qualidade e sucesso a todos e a cada estudante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Isto posto, relaciona-se as concepções adotadas no trabalho educativo em cada componente curricular, de acordo com o Currículo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Curitiba.

## ÁREA LINGUAGENS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Um dos objetivos fundamentais a serem atingidos por nós, profissionais da educação, no ensino de língua materna, é formar sujeitos capazes de utilizar com competência a linguagem<sup>1</sup>. Utilizá-la com competência significa além de saber ler e escrever, envolver-se nas numerosas práticas sociais de leitura, escrita e oralidade. Possibilitar que os(as) estudantes insiram-se nas diversas esferas sociais fazendo uso dessas práticas é, portanto, nosso papel e, diante disso, torna-se necessário fundamentarmos nossas ações pedagógicas em metodologias que assegurem o desenvolvimento de usuários competentes da linguagem, a fim de que não fiquem à margem da sociedade letrada.

Para encaminhar o ensino da língua portuguesa, assumimos a concepção interacionista de linguagem. Nessa concepção, a língua é vista como recurso para realizar ações linguísticas. Ao utilizá-la em situações de escuta, de fala, de leitura ou de escrita, sempre estamos utilizando-a com algum objetivo. A linguagem é, portanto, um meio que nos permite a interação comunicativa, a produção e construção de sentidos, a (re) elaboração de conhecimentos, a nossa constituição enquanto sujeitos.

Ao entendermos a língua como ação e interação social, tomamos os textos verbais (orais e escritos), os não verbais e os multimodais como o centro de todo o processo de ensino de Língua Portuguesa. O trabalho pedagógico com a linguagem, nessa perspectiva, não se concentra em identificação de categorias

<sup>1</sup>

Ao tratarmos da concepção interacionista de linguagem, nos referimos à interação social, ou seja, a ação (conjunta e recíproca) entre dois ou mais sujeitos, em um movimento dialógico. Essa concepção é defendida por Bakhtin (2000) e por pesquisadores da área de LP que nele se embasaram: Geraldi (1984; 1997), Travaglia (1995), Marcuschi (2005; 2008), Antunes (2003; 2007; 2009; 2010), dentre outros.



linguísticas, em atividades que não tenham finalidade comunicativa ou que sejam descontextualizadas.

A concepção interacionista evidencia a importância da compreensão do funcionamento da língua, algo possível somente quando se interage com textos de diferentes gêneros. Assim, para os estudantes participarem com autonomia, responsabilidade e criticidade nas variadas práticas sociais permeadas pelo uso da linguagem. É essencial que no processo de aprendizagem interajam com a língua falada e escrita (situações de uso e de reflexão) por meio dos gêneros textuais que circulam socialmente.

Os objetivos de aprendizagem do componente Língua Portuguesa apresentam-se organizados em cinco eixos que os articulam: **apropriação do sistema de escrita alfabético/ortográfico, oralidade, leitura, escrita e análise linguística.** (ANEXO I).

## ARTE

O ensino da arte na escola se dá por meio do componente curricular Arte, que é constituído por quatro linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e teatro. Estas são trabalhadas de forma articulada, de modo a garantir a compreensão das produções artísticas em diferentes tempos e espaços, porém sem perder as especificidades e a autonomia enquanto linguagens.

O objeto de estudo de Arte é a própria arte, ou seja, as produções artísticas em diferentes contextos. Cada linguagem artística possui objeto de estudo específico, que complementa e possibilita a ampliação do trabalho em Arte.

O objeto de estudo das artes visuais é a visualidade, entendida como toda produção artística que estimule o pensamento visual; na dança é o pensamento do corpo em movimento, sobre o prisma da estética e suas implicações sociais; da música é a própria música com as marcas da cultura, dos seus diferentes tempos e espaços, da sua identidade social e do teatro as experiências cênicas.

O trabalho com Arte na escola se efetiva por meio da experiência estética. Podemos compreender por experiência estética, todo contato que o indivíduo tem



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

com a arte, desde o momento de sua criação e produção, no caso do/a artista, ou do público no momento de fruição: ver, ouvir, observar, analisar, interpretar, refletir, interagir, criticar, sentir, entre outros.

É na escola que a experiência estética ganha consistência no sentido de ampliar as possibilidades de relação com as produções artísticas, na perspectiva da leitura, decodificação, ampliação de repertório, experimentação e estímulo para a criação. Dessa forma, os/as estudantes são produtores de arte e não somente fruidores. Para tanto, é preciso que conheçam técnicas, procedimentos, relações culturais e sociais envolvidas em diferentes contextos, podendo assim dar suporte às suas representações. Na perspectiva da ampliação dos referenciais estéticos, é imprescindível oportunizar reflexões provocações acerca da arte produzida em diferentes tempos e lugares, além de estimular o desenvolvimento de poéticas pessoais. A seleção de produções artísticas a serem analisadas em sala de aula, é abrangente e diversificada, incluindo a arte erudita, as manifestações populares e a arte presente na mídia.

As indicações do repertório das linguagens artísticas no plano curricular possibilitam o trabalho pedagógico mais abrangente e diversificado, nesse sentido, são maleáveis e possibilitam sua ampliação. O processo de ensino aprendizagem em Arte expande não somente o conhecimento da própria arte, mas também possibilita ao/a estudante a interação e o respeito as diversidades sejam elas étnico-racial, de gênero ou geracional.

Dois eixos articulam o trabalho com arte na escola: **produção cultural, social e histórica e a especificidade das linguagens artísticas**. Esses eixos são trabalhados simultaneamente, de forma que não se privilegie um aspecto em detrimento de outro. Nesse contexto, **a prática pedagógica em Arte contempla a apreciação, experimentação/execução e criação**. (ANEXO II)

## EDUCAÇÃO FÍSICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Considerando que somos sujeitos produtores e reprodutores de cultura e que o corpo representa a expressão da cultura ao longo da história, concebe-se a Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Curitiba como componente curricular que por meio da prática pedagógica compreende manifestações corporais diretamente vinculadas ao corpo, a cultura e ao movimento, constituindo o que podemos chamar de cultura corporal. Assim, o trabalho desenvolvido nas aulas de Educação Física é pautado em conhecimentos acerca do corpo historicamente construídos e socialmente transmitidos, selecionados, organizados e sistematizados no currículo escolar, de modo a permitir o acesso a práticas corporais que se baseiam em **jogos e brincadeiras, ginástica, dança, lutas e esportes**.

Quanto à organização e sistematização dos conteúdos especificados no plano curricular, existem princípios que nortearam a sua elaboração e devem ser considerados, pois estão atrelados ao trabalho pedagógico: o confronto, análise e reflexão sobre os saberes prévios dos (as) estudantes (conhecimento popular e conhecimento científico); a simultaneidade que permeia os conteúdos, ao ponto que existe estreita relação entre a grande variedade de manifestações corporais, que por vezes conversam entre si, de modo que, as práticas desenvolvidas não se limitam a este ou aquele eixo, pois podem integrar os eixos de acordo com os objetivos do trabalho desenvolvido; a espiralidade que concerne ao delineamento do trabalho e que considera a importância de organizar, ampliar e aprofundar os conhecimentos, para que os (as) estudantes tenham direito de acesso a múltiplas experiências relativas às manifestações da cultura corporal; a provisoriedade, que remete a possibilidade de compreender que o conhecimento é mutável, enquanto parte de um contexto que está em constante transformação; bem como, a ludicidade como importante estímulo que deve estar presente no desenvolvimento das práticas realizadas.

A Educação Física, compreendida por ter um conhecimento que é construído na escola e, ao mesmo tempo, constitui a cultura da escola, precisa colocar os estudantes no centro dos diálogos, percebidos como sujeitos que se movimentam, e, assim, experimentam, conhecem, compreendem, problematizam e reconstróem seu universo de práticas corporais.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

O trabalho pedagógico é organizado metodologicamente vislumbrando a especificidade da Educação Física a partir da dimensão presente no processo de conhecer, vivenciar, analisar e significar conteúdos. Partindo de seu objeto de ensino e estudo que é a cultura corporal, ponderando as diferentes possibilidades de abordar as manifestações corporais presentes nas variadas culturas e considerando encaminhamentos pedagógicos que possibilitem aos estudantes conhecer, vivenciar, analisar e significar os conhecimentos apresentados no plano curricular organizado a partir dos eixos estruturantes: **ginástica, dança, jogos e brincadeiras, lutas e esportes.** (ANEXO III)

## ÁREA MATEMÁTICA

### MATEMÁTICA

Saber matemática ultrapassa a capacidade de coletar dados, operar quantitativamente com eles e sistematizar informações. A matemática tem se mostrado fundamental na organização da sociedade em que vivemos. Tal como explicita Skovsmose (2001), a matemática, em conjunto ou articulada com outras áreas do conhecimento, é fundamental para que a escola se consolide como uma instituição democratizadora e inclusiva. Ensinar matemática faz sentido na formação das pessoas na medida em que abre a possibilidade para problematizar, fazer leitura crítica de mundo e de seu modo de viver, numa perspectiva em que a preocupação consigo e com os outros coloca em destaque o compromisso com a construção do mundo em que vivemos.

Nesse contexto, percebemos a necessidade de um ensino de matemática reflexivo, que se revela como um direito de todos/todas e de cada um/uma, no qual seja possível compreender a matemática no movimento de formar-se cidadão/cidadã. O trabalho pedagógico com a matemática na Rede Municipal de Ensino (RME) pauta-se na Educação Matemática que tem como objeto de estudo a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

compreensão, a interpretação e a descrição de fenômenos referentes à contextualização do ensino e da aprendizagem, o respeito à diversidade, o desenvolvimento de habilidades e o reconhecimento das finalidades científicas, sociais, políticas, éticas e histórico-culturais da matemática.

Segundo Cury (2008), as análises apoiadas nos erros têm a intenção de contribuir na compreensão de como os/as estudantes se apropriam de um determinado conhecimento e quais os possíveis entendimentos que ainda precisam ser alcançados em relação aos conteúdos matemáticos em questão. Portanto, não basta que o erro seja assinalado, ele deve ser investigado, discutido e tratado como uma verificação das hipóteses construídas. Assim, consideramos o erro como parte do processo de construção do conhecimento e como possibilitador de reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que os conceitos são ativamente construídos pelos/as estudantes, com a intervenção do/da professor/a, num processo em que a aprendizagem passa a ser percebida e vivenciada como um caminho em construção. Portanto, quando colocamos a Educação Matemática em ação, seja por meio de vivências de uso social do conteúdo matemático na prática pedagógica, seja no momento de realizar reflexões específicas sobre o conteúdo matemático a ser ensinado e aprendido, assumimos a Resolução de Problemas como metodologia norteadora do trabalho pedagógico com a matemática na RME de Curitiba. Para que a matemática possa ser colocada em ação compreende-se que a resolução de problemas possibilita uma via de acesso aos aspectos construtivos, convencionais e comunicativos da matemática. Destacamos também que a resolução de problemas contribui para o desenvolvimento do pensamento matemático, uma vez que, para encontrar a solução do problema proposto, o/a estudante tem que refletir e elaborar a melhor estratégia. Além disso, pode atribuir sentido aos princípios e às relações que são essenciais para a compreensão dos conceitos matemáticos. Em relação à resolução de problemas, Onuchic (2012) propõe que a intenção em se resolver um problema matemático está na possibilidade que ele abre para se pensar em matemática, para fazer matemática enquanto se resolve problemas; de modo que, em meio à construção, haja a necessidade de rever os conhecimentos prévios que cada um/uma tem,



encadeando-os e articulando-os, indo e voltando para criar conexões, possibilitando conhecer, a seu modo, as estruturas que compõem um ou mais conceitos matemáticos, que ganham movimento ao estarem contextualizados em uma situação-problema. Além disso, o trabalho com a resolução de problemas permite socializar elaborações pessoais, a partir de conhecimentos prévios, experiências vividas, reflexões e, juntamente com os outros/outras, expressar a compreensão de algo por meio da linguagem matemática.

Ao abordarmos os conteúdos historicamente construídos e sistematizados, optamos, para efeitos didáticos, pela organização dos conteúdos em cinco eixos estruturantes: **números e operações; pensamento algébrico/álgebra; grandezas e medidas; geometria; estatística e probabilidade**, que devem ser permeados em suas inter-relações no fazer pedagógico. (ANEXO IV)

## ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA

### CIÊNCIAS

Considerando a importância da Ciência e da Tecnologia na sociedade contemporânea, Ciências é o componente curricular que tem como principal objetivo trazer para o âmbito da escola os conhecimentos produzidos pela Biologia, Física, Química, Astronomia e pelas Geociências, a forma como eles são produzidos e a maneira como interferem nas relações entre os seres humanos, o restante da natureza e o mundo construído. Portanto, consideramos como objeto de estudo do componente curricular Ciências os objetos de estudo das diferentes Ciências que o compõem: a vida; a dinâmica da natureza; o corpo humano e a saúde; a composição e as transformações dos materiais; a Terra; e o Universo. Compreendemos a Ciência como uma atividade humana, social e historicamente produzida, impregnada de valores e costumes de cada época, que está sujeita à influência de fatores políticos, econômicos e culturais.

A Ciência concebida assim, nos aparece como algo vivo impregnado de condição humana, com as suas forças e suas fraquezas, e subordinada às grandes



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

necessidades do ser humano na sua luta pelo entendimento e possibilidade de transformação da realidade. A finalidade deste componente curricular é proporcionar aos/as estudantes uma cultura científica que lhes permita compreender a natureza da Ciência e a influência dos avanços científicos e tecnológicos na sociedade; entender as questões culturais, sociais, éticas e ambientais associadas ao uso dos recursos naturais, dos conhecimentos científicos e da tecnologia; e pensar e agir de modo informado perante os desafios da contemporaneidade utilizando o conhecimento científico como ferramenta de leitura de mundo. Dessa forma, o ensino de Ciências se torna imprescindível para a formação integral dos sujeitos, pois, considerando o valor social da Ciência, é dever da escola garantir o acesso e promover a aprendizagem do conhecimento científico aos/às estudantes e é direito de todos/as terem acesso a esse bem cultural e conhecerem o mundo a partir da ótica científica. Ao estudar Ciências, os/as estudantes aprendem sobre si mesmos/as e a história biológica de sua espécie; a biodiversidade e a manutenção da vida no planeta; o mundo material e seus recursos naturais; as formas como o ser humano explora e transforma a natureza; e sobre o Universo, o Sistema Solar e a Terra.

Nesse sentido, para efeitos didáticos, apresentamos os conteúdos organizados em 4 eixos: **Vida e Ambiente, Ser Humano e Saúde, Matéria e Energia e Terra e Universo**. Esses eixos estão inter-relacionados e articulam os conhecimentos das diferentes Ciências que constituem esse componente curricular, para que, a partir de seus desdobramentos, seja garantida a abordagem dos objetos de estudo desta área em sua complexidade. (ANEXO V)

## ÁREA CIÊNCIAS HUMANAS

### HISTÓRIA

Atualmente, há um consenso entre as escolas historiográficas acerca da multiplicidade de perspectivas da História, em razão dos diferentes contextos de produção do conhecimento histórico. Isso tem trazido contribuições para a aprendizagem e ensino de História, no sentido de abrir múltiplas possibilidades e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

concepções a serem trabalhadas, o que poderia induzir a certo relativismo se não houver a explicitação do caminho a ser percorrido.

Assim, tomamos como objeto da aprendizagem histórica e, portanto, do seu ensino as formações sociais, bem como as relações que nelas se estabelecem. Formações sociais podem ser compreendidas como as sociedades que se constroem historicamente, num processo dinâmico e contraditório. As relações sociais devem ser entendidas como as ações dos sujeitos, tanto individuais como coletivas, apreendidas em sua diversidade, conflituosidade e multiperspectividade.

Desses pressupostos decorrem duas questões principais:

- 1) A História é a História de toda a humanidade e todos fazem a História, portanto, o conhecimento histórico tem que fazer sentido para quem aprende;
- 2) Aprender História significa temporalizar a nossa própria História na História da humanidade, portanto, ensinar História pressupõe interpelar o passado a partir de nossas carências<sup>1</sup> e/ou interesses do presente, dando sentido e significados às nossas ações.

Para que crianças e jovens aprendam História é importante, promover a compreensão do presente a partir da interpretação do passado. Considerando que só temos acesso ao passado a partir dos vestígios encontrados no presente, torna-se fundamental o trabalho com as fontes históricas e com as memórias no ensino de história.

O conceito de fonte histórica ou documento é aqui entendido como os vestígios deixados pela humanidade, de forma voluntária ou involuntária, e que no decorrer do século XX passou a ser encarado como produto da sociedade que o fabricou. Assim como as fontes são imprescindíveis ao historiador na sua busca por evidências para produzir o conhecimento histórico, os documentos são fundamentais ao trabalho em aulas de História. Os documentos precisam ser problematizados e transformados em evidências, a partir das questões das quais construímos nossos argumentos e opiniões.

No processo de escolarização, é necessário que sejam oportunizadas situações para que: as crianças e jovens estabeleçam relações entre as



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIF

experiências dos sujeitos no tempo, tendo como referência a anterioridade, a posterioridade, a simultaneidade, permanências, mudanças, continuidades, descontinuidades e rupturas; saibam problematizar os registros do passado em diferentes documentos históricos, textos didáticos, patrimônio cultural – material e imaterial, memórias, entre outros, para transformá-los em evidências necessárias à construção de suas argumentações, para auxiliar na reflexão sobre o sentido da História; usar os conceitos próprios dessa ciência; construir narrativas cada vez mais complexas, auxiliando-os na reflexão sobre a função e significado do passado na sua vida prática do presente.

Ao assumir essa maneira de aprender e ensinar História tomamos como referência os fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Histórica, que embasam os princípios da “Aula-Histórica”.

Desse modo, privilegiamos conteúdos que contribuem para o processo da construção do conhecimento histórico escolar e, propomos eixos que articulam esses conteúdos: cultura, consciência histórica e identidades. É importante ressaltar que estes eixos são conceitos criados e datados, que se constituem historicamente em meio a mudanças e permanências, em diferentes tempos e em diferentes espaços, portanto, também possuem uma história.

O trabalho com os três eixos: **cultura, consciência histórica e identidades** necessita ser feito na dimensão de uma educação histórica para uma cidadania humanista moderna. A dimensão de cidadania humanista moderna é definida a partir da ideia de que as pessoas não são cidadãs só com o nascimento, mas se tornam cidadãs no processo de construção histórico e social. A formação da cidadania moderna caracterizou-se pela participação dos sujeitos na luta por garantias de direitos civis, políticos e sociais e, hoje em dia, pelos novos direitos humanos, como o direito à preservação da natureza, à felicidade, à cultura. Apesar de, em nosso país, os direitos estarem definidos constitucionalmente, existe uma distância entre esses direitos e a realidade social. Essa distância pode ser percebida: na ampliação do desemprego e subemprego; na precariedade de atendimento à saúde; na falta de oportunidade de escolarização nas diferentes instâncias educacionais; nos preconceitos, implícitos e explícitos, presentes nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

relações étnicas, religiosas e de gênero. Uma cidadania moderna pensada a partir de preceitos do novo humanismo pressupõe que, à luta pelos velhos direitos humanos seja incorporada também a luta pelos novos direitos humanos. Esses conceitos estão propostos para que sejam trabalhados permeando todo o fazer pedagógico. Para que fiquem explícitos, estão sendo didatizados e elencados separadamente. No entanto, nas aulas, poderão ser trabalhados na perspectiva do entrelaçamento de conteúdos, não perdendo de vista as especificidades, conforme os diferentes tempos e espaços. Definidos os referenciais teóricos e metodológicos, apontamos objetivos e conteúdos, bem como os critérios de avaliação por ciclos de aprendizagem e ano.

## **GEOGRAFIA**

A Geografia preocupa-se com o estudo das relações existentes entre a natureza e a sociedade, e possui uma característica interdisciplinar que é fundamental para compreender o seu objeto de estudo: o espaço geográfico. Segundo Santos<sup>26</sup> (2002, p.61) “o espaço geográfico se define como uma união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas” que revelam “como o território é usado: como, onde, por quem, por que, para quê.” (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 11).

O ensino-aprendizagem da Geografia na escola básica deve conduzir os (as) estudantes à compreensão do espaço geográfico onde eles (as) estão inseridos(as), para nele viver e conviver com outros sujeitos em sociedade, conhecendo a sua realidade sócioespacial e, também, a diversidade de outras realidades, de outros lugares e de outros sujeitos. Os conceitos e as categorias de análise: região, paisagem, território, lugar, redes, entre outras, são utilizadas para compreender o espaço geográfico, levando os (as) estudantes a fazerem a relação entre as escalas local e global e vice-versa, considerando, no processo ensino-aprendizagem, seus aspectos afetivos e cognitivos. Para que o espaço geográfico seja entendido como uma totalidade em movimento, portanto inacabada, definimos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

os eixos: **sociedade, espaço e natureza**. Esses possuem uma relação de interdependência e devem ser trabalhados de forma integrada. É através da relação entre eles que se busca a compreensão do que seja o espaço geográfico.

A sociedade é representada pelos grupos de pessoas que compõem os diferentes espaços, levando em consideração os aspectos físicos, históricos, econômicos, políticos e culturais. Os principais conteúdos contemplados são: os grupos sociais e étnicos, a diversidade humana, a ação humana no processo de transformação do espaço geográfico e suas consequências no meio social e físico, as características demográficas e movimentos populacionais dos diferentes espaços exploradas por meio de mapas, gráficos e tabelas, bem como a transformação dos recursos naturais pelo trabalho e as relações humanas em um contexto de globalização. O estudo do espaço geográfico contempla a compreensão de como se dão as diferentes organizações espaciais, resultado de uma dinâmica historicamente construída; abrange também, aspectos relativos à representação cartográfica dos lugares. Esse eixo está ligado aos trabalhos desenvolvidos pela área da Alfabetização Cartográfica, e promove a ampliação das relações espaciais e o desenvolvimento de noções fundamentais como a de lateralidade e descentração espacial. Ainda contempla o trabalho com a localização de objetos e elementos constituintes do espaço geográfico. Objetiva-se também o trabalho com os elementos e habilidades para compreender a construção de representações tridimensionais e bidimensionais (proporção, projeção, escala, localização, orientação, simbologia e representação) e a construção dos conceitos de lugar, paisagem, território e região.

A natureza é entendida como o conjunto dos elementos naturais existentes no planeta Terra, que existem independentemente da presença humana, tendo o ser humano também o seu caráter natural. Quando o (a) professor (a) trabalha, por exemplo, a paisagem e os espaços de vivências em seus aspectos físicos, a ênfase recai sobre os conteúdos relacionados com o conceito de natureza. Dessa forma, a transformação das paisagens, a dinâmica da atmosfera, os processos e fenômenos naturais, bem como os recursos naturais renováveis e não renováveis e a origem das matérias-primas utilizadas para a transformação em





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

produtos industrializados, também são abordados no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. A Geografia tem estreita relação com as questões ambientais por estudar o espaço geográfico.

Nessa perspectiva adotamos os pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Geográfica, que se propõe a problematizar o cotidiano e levantar hipóteses para o quadro social posto, despertando a consciência espacial-cidadã que é a consciência do que se vive, como se vive e de como se pode viver numa relação de mudanças eticamente responsáveis na realidade espacial. Oportunizar a leitura dos espaços de vivências aos(as) estudantes, segundo Kaercher<sup>29</sup> (2007, p. 85) favorece a construção de conceitos que lhes deem condições para relacionar espaço com natureza, espaço com sociedade, percebendo, desta forma, os aspectos econômicos, políticos, culturais, entre outros, do mundo em que vivemos. Este é o trabalho da educação geográfica. No processo de ensino-aprendizagem em Geografia é necessário realizar o trabalho com a metodologia da Alfabetização Cartográfica, a qual possibilita o entendimento e o domínio da representação do espaço pelos instrumentos como os mapas e gráficos, utilizados para a compreensão dos fenômenos geográficos. (ANEXO VI)

## **5.2 Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena**

Em consonância com Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, regulamentada pela Deliberação CEE/PR nº04/2006, as temáticas são abordadas de forma articulada aos componentes curriculares, garantindo-se a transversalidade ao longo do ano letivo. Os esforços se somam na realização de pesquisas a fontes diversas (oral/depoimentos/palestras, acervos bibliográficos, visitas a museus, análise de filmes, fotografias), além das produções com recursos próprios da expressão artística (Artes Visuais, Teatro, Dança e Música), estimulando o protagonismo do estudante e a valorização de diferentes culturas que formam a base da organização cultural, econômica e social do Brasil.



### **5.3 Projetos e Programas**

#### **5.3.1 Projeto de Leitura**

A escola desde 2015 vem efetivamente desenvolvendo o projeto de leitura que ocorre todas as quartas-feiras, destinando-se os primeiros trinta (30) minutos para leitura. Momento em que toda a comunidade escolar (estudantes, funcionários e professores) realizam leituras. A literatura é selecionada pelos próprios estudantes ou indicadas pelos professores. Na concepção do projeto observa-se o interesse em estimular e formação de novos leitores.

#### **5.3.2 Partilhas literárias**

(...) Eu era assim. Depois fui melhorando. Hoje piso para dentro. Também fui melhorando no resto. Tia Nastácia foi me consertando, e Narizinho também. Mas nasci muda como os peixes. Um dia aprendi a falar. (LOBATO, 1962, pág. 10-3)

A partir de 2016 outras ações relacionadas ao estímulo à leitura começaram a se desenvolver, com ênfase na oralidade e na formação do envolvimento e protagonismo estudantil. Caracteriza-se por momentos de partilha, com leituras ou contação de histórias na mesma turma ou entre turmas.

#### **5.3.3 Apoio Pedagógico**

O projeto do apoio pedagógico é uma proposta que atende aos estudantes na garantia de seus Direitos de Aprendizagens, e ocorre em consonância com as orientações da mantenedora, adotando-se estratégias diversificadas de ensino, que atendam as necessidades implicadas para apropriação dos conhecimentos envolvidos.

Quando houver a necessidade de intensificar a ajuda pedagógica ao estudante, ou a um grupo de estudantes, poderá ser proposto pela escola o



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIF

apoio pedagógico em contraturno e/ou extensão de carga horária, com a elaboração de projeto próprio, na perspectiva de AEC, de acordo com orientações e parecer favorável do respectivo NRE e da SME. (CURITIBA, 2012, pág. 86)

O projeto vem se desenvolvendo no contraturno, e com grupos de no máximo cinco (05) crianças, em função do espaço físico e considerando ainda, os objetivos do atendimento individualizado. A função docente, na ausência de maiores investimentos por parte da mantenedora, vem sendo destinada aos profissionais com laudo médico.

#### **5.3.4 Projeto jornal eletrônico escolar EXTRA, EXTRA**

Em parceria com o Departamento de Tecnologias Funcionais, através do Portal Cidade do Conhecimento, a escola participa na elaboração e divulgação do Jornal Extra-Extra. Trata-se de um jornal da escola, elaborado pelos alunos através de escolha de nome, seleção e divulgação de notícias, curiosidades, entrevistas, etc.

#### **5.3.5 PROJETO JORNAL LER E PENSAR**

O Ler e Pensar criado em 1999 pelo jornal Gazeta do Povo, é um projeto de incentivo à leitura e cidadania que por meio da mídia jornal e da educação contribui com a formação de educadores, crianças e jovens no Paraná. Trabalhando com a leitura e informação, os estudantes passam a ter melhor visão do mundo a sua volta e compreensão daquilo que lêem, e se sentem inseridos na sociedade, com capacidade de exercer sua cidadania.

#### **5.3.6 BULLYING NÃO É BRINCADEIRA**

A Escola integra o projeto desde 2014 e atende que tem como objetivo conscientizar os alunos a implementação de uma cultura de paz e respeito às



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIF

diferenças humanas existentes na sociedade entende como imprescindível o trabalho interdisciplinar, sensibilizando o ambiente escolar, estimulando a cultura de respeito às singularidades e diversidades, de cor, sexo, idade, religião, às deficiências e as necessidades educacionais especiais, oportunizando momentos de vivências que provoquem a empatia com o diferente.

### **5.3.7. PROJETO ABRACE/ REDE DE PROTEÇÃO/FICA**

O Projeto ABRACE – Ações em Benefício do Regresso do Aluno à Escola, foi instituído com o objetivo de criar mecanismos de acompanhamento da frequência escolar e, conseqüentemente, desenvolver ações para a prevenção e o enfrentamento do abandono e da evasão escolar, sistematizando ações para o cumprimento do legislado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no que concerne à notificação ao Conselho Tutelar de reiteradas faltas injustificadas de estudantes.

A violência contra a criança e adolescente tem estado cada vez mais presente na vida cotidiana, tornando-se um desafio para toda a sociedade, pois implica em mudanças culturais, políticas, econômicas e das relações sociais no processo de defesa da vida e da cidadania.

No Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 5 determina que *“nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”*, e Art.70 *“dever de todos prevenir a ocorrência de ameaças ou violação dos direitos da criança e do adolescente.”*

Na promoção de ações de prevenção, assistência e proteção, os profissionais da escola têm encaminhado ao Conselho Tutelar as “Notificações Obrigatórias”, assim como a “Ficha do Aluno Ausente”, também vem participando mensalmente das Reuniões da Rede de Proteção e das capacitações ofertadas, tentando desta maneira proteger os direitos fundamentais da criança e do adolescente.



### **5.3.8 Projeto MPT na escola: de mãos dadas contra o trabalho infantil**

A escola participa do projeto do Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR), com ações ao longo do ano que favoreçam a ampliação de informações junto à comunidade escolar (pais, responsáveis, estudantes, profissionais da educação) quanto a proibição do trabalho infantil, sensibilizando para a valorização e o direito da criança em ser criança e poder usufruir de uma infância feliz.

### **5.3.9 Projeto “Conhecer para Prevenir”**

A escola desenvolve ações de sensibilização junto à comunidade escolar, incorporando os objetivos do projeto proposto pela Secretaria Municipal da Defesa Civil de Curitiba.

As ações visam:

- Reduzir as vulnerabilidades na infância;
- Esclarecer e oferecer os fundamentos da defesa civil.
- Promover a transformação cultural causada pela reduzida experiência em desastres;
- Ampliar as ações de prevenção e preparação contra desastres;
- Estimular os hábitos de auto-proteção e segurança coletiva na escola, no lar e nas comunidades;
- Implementar práticas locais para prevenção e preparação contra desastres;
- Estimular os hábitos de auto-proteção e segurança coletiva na escola, no lar e nas comunidades;
- Implementar práticas locais para prevenção e preparação contra desastres;



## 6. Avaliação da Aprendizagem

Por muito tempo o ensino, apoiado no disciplinamento e no autoritarismo, atentava para a necessidade de “formar” crianças que estivessem “enquadradas” no modelo de sociedade da época. À medida que o acesso ao sistema escolar foi se democratizando e permitindo que as crianças que estavam afastadas da escola tivessem acesso a essa instituição, cresceu o número de alunos que não conseguiam responder, do modo que a escola esperava, às exigências escolares. Essa situação foi e continua sendo um problema tanto para a educação quanto para a sociedade. A presença das crianças oriundas de camadas populares na escola, de crianças que foram historicamente afastadas do contexto escolar e, também, dos sujeitos com deficiência, desorganiza as concepções atinentes às práticas pedagógicas e aos processos avaliativos da aprendizagem, assim como seus objetivos. Com a democratização da escola, a diversidade nos modos de ser e aprender encontra-se diariamente nas salas de aula e colocam em xeque as práticas pedagógicas pautadas pela lógica da homogeneização. A avaliação da aprendizagem pautada na única lógica da aferição de conhecimentos adquiridos pelos alunos em determinado tempo não está em consonância com uma proposta de escola para todos, de escola pautada nos pressupostos de uma educação inclusiva, pois historicamente foi uma prática construída com instrumentos que pouco auxiliavam o professor a entender o processo de elaboração de conhecimento dos alunos, pouco ou nada auxiliava a pensar na relação pedagógica. Portanto, a avaliação da aprendizagem começa a ser colocada em xeque no momento em que aparece a necessidade de se pensar estratégias de ensino para potencializar o acesso de todos os alunos aos conhecimentos que a escola se propõe a trabalhar.

Durante muito tempo, a avaliação foi usada como instrumento para classificar e rotular os alunos entre os bons, os que dão trabalho e os que não têm jeito. Atualmente, a avaliação é vista como uma das mais importantes ferramentas à disposição dos professores para alcançar o principal objetivo da escola que é fazer com que todos os estudantes avancem. Ou seja, o importante hoje é encontrar



caminhos para medir a qualidade do aprendizado e oferecer alternativas para uma evolução mais segura.

### **6.1 Avaliação e a Prática Inclusiva nos Ciclos de Aprendizagem**

Através desse Projeto Político Pedagógico nossa instituição quer colocar em prática a reflexão de como criar ações pedagógicas atinentes aos processos de aprendizagem inserindo-os em uma perspectiva que favoreça os diferentes modos de ser e aprender sem aprisionar a diversidade humana no quadro da normalidade.

Na perspectiva da inclusão escolar a avaliação da aprendizagem deve ser uma das alternativas para afrouxar os nós que prendem a escola em uma prática cotidiana mais preocupada com a disciplina e com o controle dos alunos, mais preocupada com o resultado do que com o processo e com uma prática pautada nas relações que constituem o espaço escolar. E de acordo com o Capítulo VI - Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

[...]A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual[...].

É preciso ter em mente que não há um único modo certo de se avaliar. O que se deve observar é qual melhor elemento se adapta a cada situação didática. Observar, aplicar provas, solicitar redações, trabalhos, pesquisa e anotar o desempenho dos alunos rotineiramente são apenas alguns dos métodos avaliativos. E todos podem ser usados em sala de aula, conforme a intenção do trabalho. Os especialistas, aliás, dizem que o ideal é mesclá-los, adaptando-os não apenas aos objetivos do educador mas também às necessidades de cada turma.

Para Luckesi (2003), a boa avaliação envolve três passos:

- Saber o nível atual de desempenho do aluno (etapa também conhecida como diagnóstico);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

- Comparar essa informação com aquilo que é necessário ensinar no processo educativo (qualificação);
- Tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados (planejar atividades, sequências didáticas ou projetos de ensino, com os respectivos instrumentos avaliativos para cada etapa).

"Seja pontual ou contínua, a avaliação só faz sentido quando visa o desenvolvimento do educando", afirma Luckesi (2003).

A Escola Municipal Caramuru entende que o processo avaliativo compreende diferentes finalidades: diagnóstica, formativa e somativa. Segue a descrição do entendimento da equipe sobre tais finalidades.

- Avaliação Diagnóstica

"Para que a avaliação diagnóstica seja possível, é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica. Considerarmos que ela deva estar comprometida com uma proposta pedagógica histórico-crítica, uma vez que esta concepção está preocupada com a perspectiva de que o educando deverá apropriar-se criticamente de conhecimentos e habilidades necessárias à sua realização como sujeito crítico dentro desta sociedade que se caracteriza pelo modo capitalista de produção e tornar-se agente das mudanças futuras que são necessárias. A avaliação diagnóstica não se propõe e nem existe uma forma solta isolada. É condição de sua existência e articulação com uma concepção pedagógica progressista". (LUCKESI 2003, p.82).

Esta forma de avaliação é utilizada objetivando pré-determinar a maneira pela qual o educador deverá encaminhar, através do planejamento, a sua ação educativa. Terá como função estabelecer os limites para tornar o processo de aprendizagem mais eficiente e eficaz. Esta didática pode ser considerada como o ponto de partida para todo trabalho a ser desenvolvido durante o ano pelo educador.

Esta forma de avaliação pode ser utilizada antes e durante o processo de ensino-aprendizagem, tendo diferentes finalidades. Sendo realizada antes do processo, tem como foco sondar se o aluno apresenta os conhecimentos





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

necessários para que a aprendizagem possa ser iniciada. Se ocorrer durante o processo, será utilizada para identificar as causas das falhas de aprendizagem e possibilitar a implementação de recursos para corrigi-las.

É possível observar que a avaliação diagnóstica possui três objetivos. O primeiro é identificar a realidade de cada aluno que irá participar do processo. O segundo é verificar se o aluno apresenta ou não habilidades e pré-requisitos para o processo. O terceiro objetivo está relacionado com a identificação das causas, de dificuldades recorrentes na aprendizagem. Assim é possível rever a ação educativa para sanar os problemas.

- Avaliação Formativa

Ocorre durante todo o período letivo, com o intuito de verificar se os estudantes estão alcançando os objetivos propostos anteriormente. Esta função da avaliação visa, basicamente, avaliar se o aluno domina gradativamente e hierarquicamente cada etapa da aprendizagem, antes de avançar para outra etapa subsequente de ensino-aprendizagem.

É com a avaliação formativa que o aluno toma conhecimento dos seus erros e acertos e encontra estímulo para continuar os estudos de forma sistemática. Para que esta forma de avaliação ocorra é necessário que seja controlada, porque orienta o estudo do aluno ao trabalho do professor, também podemos dizer que é motivadora porque evita as tensões causadas pela as avaliações tradicionais.

A avaliação formativa permite ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, auxiliando na reformulação do seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo. Para que seja realizada com eficiência, ela deve ser planejada em função de todos os objetivos, deste modo o instrutor continuará seu trabalho ou irá direcionar de modo que a maioria dos alunos alcance plenamente todos os objetivos propostos.

Considera-se ainda, na perspectiva da efetivação de uma Educação Inclusiva que ao enfatizar uma avaliação formativa, processual, a análise de desempenho do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

estudante deve ocorrer em relação ao seu progresso individual sem estabelecer graus de comparação na turma, prevalecendo os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias e prever tempos e espaços pedagógicos de forma a considerar as necessidades de cada estudante.

Ainda, por depender mais da sensibilidade e do olhar técnico do educador, esse formato de avaliação fornece mais informações que permitem a customização do trabalho do professor com base nas necessidades de cada aluno. Nesse sentido a avaliação é um instrumento de controle da qualidade, tendo como maior objetivo um ensino de excelência em todos os níveis.

- Avaliação Somativa

Realizada ao final do processo (trimestre/semestre), a partir de avaliação inicial, compreendendo o processo realizado pelo estudante, tem como objetivo verificar o resultado de todo o percurso e a aquisição do conhecimento.

Nesta escola a compreensão da avaliação somativa não está associada a classificação por nota dos estudantes, visto que adotamos os Ciclos de Aprendizagens e portanto, a ênfase está voltada a qualidade do processo com fins voltados a aprendizagem e ao sucesso ao longo de toda a trajetória do estudante.

## **6.2 Organização da Instituição**

As escolas são formas sociais que ampliam as capacidades humanas, a fim de habilitar as pessoas a intervir na formação de suas próprias subjetividades e a serem capazes de exercer poder com vistas a transformar as condições ideológicas e materiais de dominação em práticas que promovam o fortalecimento do poder social e demonstrem as possibilidades de democracia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Ao mesmo tempo, a escola assume potencialmente o papel de transformar a sociedade. Portanto, ela é produto e produtora das relações sociais.

Frente às mudanças propostas pedagógicas no processo ensino aprendizagem, a congregação escolar vê por bem reunir-se periodicamente para organizar os objetivos de atuação e conduta com os alunos.

Orientar essas avaliações para que sejam formativas e somativas de formas diversas como em trabalhos, pesquisas, textos, análises, comunicativas, através de provas e consultas, mensuradas através de conceitos e/ou valoração ainda em discussão.

As reuniões se fazem por momentos de integração em permanências e de coletividade, visando como já afirmado o processo diagnóstico, formativo e de *feedback* para os alunos através de contra turno, sempre que possibilitado pela mantenedora. Também conta-se com a participação efetiva do profissional de apoio pedagógico para os alunos que necessitarem.

Fica instituído que a periodicidade para concentração de valoração de parecer é trimestral.

Firma-se aqui o compromisso do trabalho com adequação, flexibilização metodológica e avaliativa na instituição respeitando-se a legislação, o cidadão e a comunidade em sua livre expressão dados os parâmetros de respeito mútuo.

### **6.3 Conselho de Classe**

O conselho de classe é um dos mais importantes espaços escolares, pois tendo em vista seus objetivos pode dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino, foco central do processo de escolarização. É o espaço prioritário da discussão pedagógica.

De fato, o conselho de classe em nossa instituição visa mais do que uma reunião pedagógica. É parte integrante do processo de avaliação desenvolvido pela escola. É o momento privilegiado para redefinir práticas pedagógicas com o objetivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem.

Cabe, portanto, a todos os profissionais da educação realizar enfrentamentos no sentido de superar a estrutura de conselho de classe autoritária, burocrática e excludente, que serve mais para legitimar o fracasso escolar do que para reorganizar o trabalho pedagógico e, mais especificamente, o trabalho educativo didático que se concretiza na relação aluno-professor, não priorizando momentos de discussão que apenas validem frustrações, anseios e decisões baseadas no comportamento ou na família do estudante.

Sendo o Conselho de Classe a instância coletiva para momentos de discussão e análise sobre o processo de ensino-aprendizagem, com vista à tomada de decisões vê-se por bem realizar efetivamente com registro em ficha própria quando no meio dos dois primeiros trimestres e em ata quando do registro final do ano letivo, com registro de Progressão Simples (PS), Progressão com Apoio (PA) ou Retenção (RET) sendo para este caso avisado os pais, também com registro em livro ata próprio.

#### **6.4 Instrumentos de avaliação**

Os instrumentos no processo de avaliação da aprendizagem serão construídos trimestralmente, envolvendo registros formais como provas escritas e orais, seminários, pesquisas e outros que se fizerem necessários e se mostrarem adequados às turmas. A opção os instrumentos pelos docentes deverá estar prevista no Plano Docente, pois necessitam de planejamento e adequação aos objetivos do período escolar, considerando o processo construído de cada estudante. Eles objetivam o processo avaliativo, posicionando o processo ensino-aprendizagem.

Retoma-se aqui que a escola assume a proposta dos Ciclos de Aprendizagens, não sendo os instrumentos aferidos com notas.

Quanto à forma de registro para atender a legislação vigente quanto ao direito dos pais e responsáveis terem acesso a informação sobre o processo do estudante, através de pareceres é importante registrar que a Escola em 2015 adotou o



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

instrumento de registro, denominada Percurso Individual de Aprendizagem - PIA, com o intuito de avaliar sua aplicação.

A proposta teve o intuito de unificar um instrumento para a Rede Municipal de Curitiba. Entretanto, a adoção se mostrou ineficaz, tanto considerando os procedimentos para preenchimento das planilhas quanto à informação gerada aos pais (gráficos), que nada esclareciam sobre o processo do estudante.

Desta forma, a definição do instrumento de informação aos pais e para atender as exigências documentais ocorrerá no início de cada ano, avaliando a eficiência e eficácia dos resultados obtidos no ano anterior para que a escola tenha a possibilidade de rever sua ação.

Ainda quanto aos instrumentos de avaliação, registra-se a importância da elaboração do Plano de Apoio Pedagógico Individual (PAPI), que aponta as necessidades de aprendizagem do estudante, a partir da identificação de suas potencialidades e capacidades, o que ele precisa saber e as intervenções pedagógicas necessárias para a superação das dificuldades apresentadas. O PAPI foi instituído na Rede Municipal de Curitiba, considerando-se a organização do ensino em Ciclos de Aprendizagens,

#### **6.4.1 Avaliação Institucional**

A avaliação institucional “é um processo sistemático de identificação de méritos e de valores, de fatos e de expectativas

O Processo de Avaliação Institucional apresenta as seguintes diretrizes:

a) Consiste em uma atividade intrínseca ao processo de planejamento, sendo um processo contínuo, geral, específico, buscando integrar ações.

b) Elabora críticas às suas ações e aos resultados obtidos.

c) Busca conhecer e registrar as limitações e possibilidades do trabalho avaliado.

d) É um processo democrático, apresentando, em princípio, os aspectos a serem avaliados envolvendo a participação dos sujeitos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

e) É um processo transparente e ético em relação a seus fundamentos, enfoque e, principalmente, no que se refere à utilização e divulgação dos seus resultados.

Tal visão de avaliação institucional tem como pressuposto a avaliação formativa que proporciona informações acerca do desenvolvimento de um processo de ensino, com a finalidade de reorientar a prática pedagógica dos educadores.

A avaliação institucional é um processo permanente. Tem como principal função inventariar, harmonizar, tranquilizar, apoiar, orientar, reforçar e corrigir os aspectos avaliados. Ela é incorporada no ato do ensino e integrada na ação de formação, caracterizando-se como um importante instrumento de melhoria da qualidade do ensino na medida em que permite a identificação de problemas. O educador é informado sobre o desenvolvimento da aprendizagem e o educando sobre os seus sucessos e suas dificuldades.

Assim, a avaliação institucional possibilita a reestruturação do processo educacional e a introdução de mudanças na Instituição. Este procedimento colabora com a reestruturação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Instituição, visando a melhorias em cada um desses pilares fundamentais.

Como conhecimento produzido por meio da prática de análise ou investigação institucional, o processo avaliativo visa à obtenção de informações relevantes, tendo como ponto de referência a identidade institucional, seus valores e sua cultura. Ela possibilita delinear as características primordiais que regulam a Instituição, visando ao seu constante aperfeiçoamento. Ela contribui efetivamente como suporte a um processo ético, educativo e contínuo de mudanças. A avaliação está, portanto, vinculada à qualidade, podendo possibilitar que a comunidade acadêmica desenvolva uma cultura de avaliação.

A execução desse plano de avaliação envolve, assim, a permanente sistematização dos procedimentos adotados, a deliberação de um cronograma de ações a serem desenvolvidas e a elaboração de relatórios periódicos que representem o conjunto das relações e práticas do cotidiano dos atores envolvidos no processo avaliativo, redefinindo estratégias com vistas ao constante aperfeiçoamento da Instituição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Considerando-se que uma avaliação bem sucedida passa principalmente por um diálogo no âmbito interno da própria Instituição, a condução de tais processos deve corresponder às expectativas dos atores que constituem o meio escolar.

Na Escola Municipal Caramuru a avaliação institucional faz-se presente através do Conselho de Escola, APPF, Parâmetros e Indicadores de Qualidade, bem como nas avaliações somativa enviadas pelo MEC e pela SME.

#### **6.4.2 Processos de Regularização da Vida Escolar**

Os processos de regularização da vida escolar dos/as estudantes, seguirão normas vigentes na Rede Municipal de Ensino.

#### **CLASSIFICAÇÃO**

A classificação do/a estudante em qualquer série/ano/período/etapa/ciclo/fase do ensino fundamental, exceto para 1ª série/ano, independente de escolaridade anterior, dar-se-á de acordo com o disposto na LDBEN nº 9394/96 Art. 24, Inciso II, alíneas a, b, c, na Del. Nº 09/01 – CEE/PR Arts. 21,22,23 e 27, na Deliberação nº 05/2010-CEE/PR Art. 11 e Instrução Normativa Municipal vigente.

Os processos de Classificação poderão ocorrer:

- Para estudantes transferidos/as de escolas de outro município/estado sem documentação legal comprobatória.
- Para estudantes transferidos de escolas do exterior sem documentação legal e com domínio da Língua Portuguesa.
- Para classificação de estudantes transferidos de escolas do exterior sem documentação legal e sem domínio da Língua Portuguesa (Art. 35 - Del.09/01 CEE/PR)

#### **RECLASSIFICAÇÃO**

A Reclassificação do/a estudante dar-se-á de acordo com o disposto na LDBEN nº 9394/96, Art. 23, parágrafo 1º e Art. 24, inciso V, alínea c e Del. Nº 09/01



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

– CEE/PR Art. 24 e 27 e Parecer nº 721/07 – CEE/PR e Del. CME nº 01/2015 e Instrução Normativa Municipal vigente, ficando estipulada a data limite até o término do 1.º trimestre letivo para efetivar o processo.

#### LACUNA DE SÉRIE

A lacuna ocorre quando não há registro de um dos anos da série/ano/período de uma ou mais áreas do conhecimento no histórico escolar (neste último caso, somente para anos finais do ensino fundamental). O processo de regularização de vida escolar por lacuna de série/ano/período ou lacuna de um componente curricular dar-se-á de acordo com a Deliberação n.º 09/01 – CEE/PR – Deliberação nº 07/05 – CEE/PR e Instrução Normativa Municipal vigente.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIF

## 7. Referências

CURITIBA. Caderno Pedagógico. Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. SME, 2012.

BOCK, A. M. B., & AGUIAR, W. J. Psicologia na Educação: Em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada. In A.M.B. (org.). A perspectiva sociohistórica na formação em Psicologia. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 30/09/2012.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em: 07/10/2012

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 07/10/2012

EYNG, A.M. Projeto Pedagógico Institucional: a relação dialógica entre planejamento e avaliação institucionais. In: EYNG, A. M. e GISI, M. L. Políticas e Gestão da Educação Superior, Ijuí, Ed. Unijui, 2007.

ENGUITA, Mariano F. A FACE OCULTA DA ESCOLA: Educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 15ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 718.

SILVA, T. T. da (Org). Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto Político-Pedagógico Da Escola: Uma Construção Possível. 14ª edição Papirus, 2002, pgs. 29,30.

WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Lei Federal Nº 9.394/96 – **LDBEN**

Lei Federal Nº 12.796/13 – **Altera a Lei Nº 9.394/96** de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais e dar outras providências.

[Lei Federal Nº 11.700/08](#) - **Acrescenta inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

[Lei Nº 12.013/09](#) - **Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares aos pais, conviventes ou não com seus filhos.

[Lei Nº 12.287/10](#) - **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte.

Lei Nº 10.793/03- **Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências.

[Lei Nº 12.608/12](#)- **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC**, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências.

[Lei Nº 13.006/14](#)- **Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

[Lei Nº 13.010/14](#) - **Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

[Lei Nº 11.645/08](#) - **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei Nº 11.274/06- **Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

[Lei Nº 11.525/07](#) - **Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.

Lei Federal Nº 9.795/99 – de 27/04/99 – **Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a política nacional da Educação Ambiental.**

Lei Federal Nº 8.069/90 – **ECA**

Lei Federal Nº 7.853/89 – **matricula compulsória**

Lei Federal Nº 13.185/2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**).

Resolução Nº 4/10 - **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

Resolução CNE/CEB Nº 07 de 14 de dezembro de 2010 – **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.**

Resolução CNE/CEB Nº 05/09 e Parecer CNE/CEB Nº 20/09 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Resolução CNE/CEB Nº 03/05 de 03/08/05 – **Ampliação do Ensino Fundamental para 09 anos.**

Resolução CNE/CEB Nº 02/01 – **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial**

Resolução CNE/CEB Nº 01/04, Parecer CNE/CEB 03/04 e Deliberação CEE/PR Nº 04/06 – **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais.**

Lei Estadual Nº 17505 - de 11/01/2013 - **Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.**

Lei Estadual Nº 17677 de 10/09/2013 – **Proíbe a cobrança de valores adicionais – sobretaxas para matrícula ou mensalidades de estudantes com deficiências.**

Decreto 9958 - 23 de Janeiro de 2014 - Regulamenta o Art. 7º, 8º e 9º da Lei nº. 17.505, de 11 de Janeiro de 2013, que **institui a Política Estadual de Educação Ambiental.**

Deliberação Nº 14/99 – e Indicação 04/99 CEE/PR – **Proposta Pedagógica**

Deliberação Nº 16/99 – e Indicação Nº 07/99/CEE/PR – **Regimento Escolar**

Lei Ordinária de Curitiba nº 13.632/2010 - **Dispõe sobre a política “Antibullying” nas Instituições de Ensino de Curitiba**

Deliberação Nº 02/2012 – CME – **Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba- SISMEN**

Indicação CME/CGS nº 1/2012 - **Projeto Político-Pedagógico – concepção e fundamentos**

Recomendações Administrativas Nº 001/2010 – **Ministério Público/PR – Disponível em:**

[http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/legislacao/arquivos/legislacao\\_178.pdf](http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/legislacao/arquivos/legislacao_178.pdf)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL CARAMURU- EIEF

Recomendações Administrativas Nº 002/2010 – Ministério Público/PR – Disponível em:

[http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/legislacao/arquivos/legislacao\\_179.pdf](http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/legislacao/arquivos/legislacao_179.pdf)

Curitiba, 10 de fevereiro de 2017.

---

Diretor (a)

	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ESTRUTURA E INFORMAÇÕES
<b>APROVADO</b>	
Parecer nº _____ Data: ____/____/____	
DPEI/SME: _____	